



PREGÃO ELETRÔNICO

17/2025-SRP-PMI

ÓRGÃOS

Órgão Gerenciador:

Prefeitura Municipal de Itabaianinha/Se – CNPJ: 13.098.181/0001-82

Órgão(s) Participante(s):

Fundo Municipal de Saúde de Itabaianinha/Se – CNPJ nº: 11.261.188/0001-48;
Fundo Municipal de Assistência Social de Itabaianinha/Se – CNPJ nº: 14.876.872/0001-22;
Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT, CNPJ nº: 12.755.884/0001-73

OBJETO

Registro de preços visando futuras contratação de empresa especializada para aquisição com fornecimento parcelado de Material Gráfico, incluindo a confecção e distribuição dos materiais, para atender necessidades dos órgãos públicos que fazem parte da estrutura administrativa do Município de Itabaianinha/SE.

VALOR ESTIMADO A SER LICITADO

R\$ 1.239.674,25 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/01/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

DIREITO DE PREFERÊNCIA LOCAL E REGIONAL

Sim



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANINHA

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

Processo Administrativo nº 256/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANINHA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 13.098.181/0001-82**, sediado a Praça Floriano Peixoto, nº 27, 1º Andar, Bairro Centro, no município de Itabaianinha, Estado de Sergipe, por intermédio de sua **Pregoeira e Equipe de Apoio**, nomeados pela **Portaria nº 921 de 12 de setembro de 2025**, torna-se público que, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 407, de 13 de novembro de 2025, do Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, da Lei Municipal nº 962, de 09 de dezembro de 2016, Lei Municipal nº 1.082 de 17 de setembro 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços visando futuras contratação de empresa especializada para aquisição com fornecimento parcelado de Material Gráfico, incluindo a confecção e distribuição dos materiais, para atender necessidades dos órgãos públicos que fazem parte da estrutura administrativa do Município de Itabaianinha/SE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do **Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. O **Órgão Gerenciador** será a **Prefeitura Municipal de Itabaianinha**, CNPJ nº 13.098.181/0001-82.

2.3. Os **Órgãos Participantes**: Fundo Municipal de Saúde de Itabaianinha/Se – CNPJ nº: 11.261.188/0001-48 e Fundo Municipal de Assistência Social de Itabaianinha/SE – CNPJ nº: 14.876.872/0001-22, Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT, CNPJ nº: 12.755.884/0001-73.

2.4. Por decisão administrativa, fundamentada na capacidade de gestão do órgão gerenciador e na natureza do objeto, NÃO SERÃO ADMITIDAS ADESÕES por órgãos não participantes, conforme art. 28 do Decreto Municipal nº 407/2025.

3. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CERTAME

3.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico se dará com a inserção das propostas na **Plataforma LICITANET Licitações On-Line** até **19 (dezenove) de janeiro de 2026**



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

(dois mil e vinte e seis) às 09h (nove horas), obedecidas as condições e exigências deste edital.

3.2. Para a formalização de consultas e informações o licitante poderá utilizar os seguintes meios de comunicações:

3.2.1. Endereço da Prefeitura Municipal de Itabaianinha: Praça Floriano Peixoto, nº 27, 1º Andar, Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49.290-000.

3.2.2. Horário de Atendimento ao público: 08h00min às 12h00min e 13h00min às 17h00min.

3.2.3. E-mail: dep.licitacoesecontratos@itabaianinha.se.gov.br

3.2.4. Site: www.itabaianinha.se.gov.br / www.licitanet.com.br.

3.2.5. Telefone de contato: (79) 3544-1291

3.2.6. Responsável: Diana Guimarães Costa (Pregoeira)

4. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO JUNTO AO LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE

4.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos disponibilizados pela plataforma.

4.3. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

4.4. A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

4.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a **LICITANET – Licitações On-line** ou a **Prefeitura Municipal de Itabaianinha** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O cadastramento do licitante junto a Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

4.7. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: WhatsApp (34) 3014-6633 e (34) 2512-6500 ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br / comercial@licitanet.com.br.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma **LICITANET** conforme **item 4 e cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/06 e do Decreto nº 8.538/15.

5.6. Não poderão disputar esta licitação:

5.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/21.

5.7. O impedimento de que trata o item **5.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

5.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **5.6.2** e **5.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.10. O disposto nos itens **5.6.2** e **5.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço e bens que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/21.

5.12. A vedação de que trata o item **5.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio da **Plataforma LICITANET**, a proposta com o preço ofertado, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema ou em declaração anexa aos documentos de habilitação, que:

6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/21.

6.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

6.5.3. a condição para participação do licitante como microempresa, empresa de pequeno porte será comprovada mediante apresentação da **Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial** do seu domicílio que comprove a condição de enquadramento nos termos do art. 104 da Instrução Normativa nº 81 de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNCRC, **emitida no ano em curso**;

6.5.4 no caso do empresário individual enquadrado na condição de Microempreendedor Individual - MEI, o **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, emitido por meio do Portal do Empreendedor, é o documento hábil para comprovar suas inscrições, alvarás, licenças e sua situação de enquadramento perante terceiros não havendo óbice, ainda assim, que a Junta Comercial emita certidão das informações constantes do seu cadastro sobre o microempreendedor individual;

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens **6.4** ou **6.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **6.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.13. **Caberá ao licitante** interessado em participar da licitação **acompanhar as operações no sistema eletrônico** durante o processo licitatório e se **responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios** diante da **inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão**.

6.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 7.1.1.** Valor unitário ou desconto do item;
- 7.1.2.** Marca / Fabricante;
- 7.1.3.** Modelo (no caso de exigência no Termo de Referência);
- 7.1.4.** Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo total licitado.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante **NÃO PODERÁ** oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. **Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.**

7.4. **Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Ressalvado erro grosseiro.**

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente; e

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 7.7.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

7.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item **6.8**.

7.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio da **Plataforma LICITANET**, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor / desconto consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

8.9. Durante a realização da sessão pública, na fase de lances, fica estabelecido que apenas serão aceitos lances com até **duas casas decimais**. Os licitantes estão, portanto, obrigados a observar essa condição ao formalizarem seus lances.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa “aberto”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.

8.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

8.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrará-se automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.14. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, do porte da entidade empresarial por intermédio da plataforma. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/15.

8.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

8.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.18.2.2. empresas brasileiras;

8.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.18.3 Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens acima, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. (§2º do art. 28 da IN SEGES/ME Nº 73/22 atualizada);

8.18.3.1 O sorteio será realizado eletronicamente pela plataforma de pregão eletrônico Licitanet, pelo qual, será registrado na ata da sessão.

8.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.19.4. A pregoeira poderá solicitar ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **até 2 (duas) horas**, envie a proposta reajustada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.19.5. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



8.20. Do Direito de Preferência

8.20.1. Nos termos da **Lei Municipal nº 1.082 de 17 de setembro de 2021**, visando à promoção do desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, será concedido prioridade de contratação de microempreendedor individual, microempresas e empresa de pequeno porte sediadas local ou regionalmente nos itens desta licitação, até o limite de **10% (dez por cento)** da melhor oferta válida, nos seguintes termos:

8.20.1.1. Aplica-se o acima disposto nas situações em que as ofertas apresentadas pelo microempreendedor individual, microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até **10% (dez por cento)** superiores ao menor preço ofertado, após a aplicação do benefício geral.

8.20.1.2. A ordem de prioridade será estabelecida, primeiramente, em função das empresas locais; em não havendo empresas locais nessas condições, passar-se-á, então, às empresas regionais.

8.20.1.3. O Microempreendedor Individual, Microempresa ou a Empresa de Pequeno de Porte sediada local, primeiramente, ou regionalmente, em momento posterior, em caso de não haver empresa local, melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da etapa de disputa da licitação, situação em que, posteriormente, poderá vir a ser adjudicado o objeto em seu favor.

8.20.1.4. Na hipótese da não aceitação do Microempreendedor Individual, Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte sediada local ou regionalmente com base no item

8.20.1.3, em razão de desinteresse ou ausência à sessão, serão convocadas as remanescentes que, presentes à sessão, porventura se enquadrem na situação do item

8.20.1.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.20.1.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelo Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte sediadas local ou regionalmente, será priorizada a preferência às empresas locais, na forma do item **8.20.1.2**.

8.20.1.6. A aplicação do direito de preferência não autoriza a contratação por preço acima da média de mercado, apurada para fins de abertura da licitação.

8.20.1.7. A não participação e efetiva representação do microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte na sessão da licitação para concessão do benefício relativo ao direito de preferência, tornará à mesma ciente de que decairá desse direito e não terá prazo extra para apresentação de nova oferta, ainda que seja merecedora do benefício, na forma dos itens **8.20.1.3** e **8.20.1.4**.

8.20.1.8. Para efeitos da aplicação do direito de preferência de acordo com o art. 18 da Lei Municipal nº 1.082/2021, considera-se:

8.20.1.8.1. Âmbito local - sede e limites geográficos deste Município de Itabaianinha.

8.20.1.8.2. Âmbito regional - os municípios circunvizinhos, através das regiões geográficas imediatas, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e assim considerados, especificamente: **Arauá, Boquim, Cristinápolis, Pedrinhas, Riachão do Dantas, Santa Luzia do Itanhi, Tobias Barreto, Tomar do Geru e Umbaúba**.

8.20.1.9. Ao final dos lances, será verificado pela Pregoeira na Plataforma Eletrônica Licitanet a manifestação das empresas devidamente cadastradas como Microempreendedor Individual, Microempresas, Empresa de Pequeno Porte àquelas sediadas local ou regionalmente, e que estejam com oferta (último lance) com percentual até **10%** acima do valor da melhor proposta ofertada para que se possa verificar a ocorrência de eventual empate ficto e aplicar o direito de preferência previsto no Edital.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

8.20.1.9.1. Não será adjudicado o item ao Microempreendedor Individual, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte Local ou Regional, quando no uso do benefício da preferência não apresentarem proposta de preço inferior a àquela considerada vencedora da licitação, quando convocadas.

8.20.1.9.2. O prazo para que a empresa local ou regional possa se manifestar, será de **10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão.

8.20. Após aplicado o direito de preferência e a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/21, legislação correlata e no **item 5.6.** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punitas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

9.1.2. CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNPJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Licitantes Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:109477485054304::NO:3,4,6::>)

9.1.4. Cadastro Municipal de Empresas Inadimplentes, mantido pela Secretaria Municipal de Controle Interno (<https://itabaianinha.se.gov.br/portaltransparencia/?servico=cidadao/legislacao/processo>)

9.1.5. As consultas acimas poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica manda pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://certidoes-afp.apps.tcu.gov.br/>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em **nome da empresa licitante** e também de **seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/92.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/18, art. 29, caput)

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/18, art. 29, §1º).

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/18, art. 29, §2º).

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às MEI/ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **6.5** e subitens deste edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73/22.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 9.6.1.** contiver vícios insanáveis;
- 9.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (IN nº 73/22, art. 34).

9.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 9.7, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

- 9.7.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.7.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à comprovação de exequibilidade do preço ofertado, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, sob pena de desclassificação da oferta. Esse prazo poderá ser ampliado conforme a quantidade de itens a serem comprovados e a critério do Pregoeira, mediante justificativa registrada no chat ou poderá ser prorrogado também mediante solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo inicialmente concedido, e formalmente aceito pela Pregoeira.

9.8.2. Para fins de comprovação da exequibilidade da proposta, a empresa deverá apresentar, no mínimo:

- 9.8.2.1. Planilha de composição de custos**, assinada pelo representante da empresa, demonstrando a viabilidade econômica da proposta;
- 9.8.2.2. Nota fiscal eletrônica de compra ou venda** do mesmo objeto apresentada na proposta, emitida em período não superior a **6 (seis) meses, pela qual, essa** deverá ter sido emitida anterior à data da abertura das propostas, com identificação, também, do comprador e descrição do item ou serviço; **ou**
- 9.8.2.3. Contrato(s)** firmados com a Administração Pública ou com pessoa jurídica de direito privado, demonstrando que o objeto licitado já foi fornecido ou executado por valor igual ou inferior ao proposto, desde que dentro de período de até **6 (seis) meses**;

9.8.3. Poderá ser solicitada documentação complementar, mediante justificativa da Pregoeira, caso os documentos apresentados não sejam suficientes para comprovar a viabilidade da proposta, como:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

9.8.3.1. Prova documental de condições vantajosas de aquisição ou produção que possibilitem a oferta do preço apresentado (como estoques remanescentes, redução de custos operacionais, reaproveitamento de insumos, etc.);

9.8.3.2. Declaração assinada pelo responsável técnico da empresa, atestando a viabilidade da execução do objeto nas condições ofertadas, acompanhada de justificativa técnica e/ou econômico-financeira;

9.8.3.3. Documentos fiscais ou contábeis que demonstrem regularidade na aquisição de insumos ou matéria-prima por valores compatíveis com os necessários à execução da proposta;

9.8.4. A não apresentação de elementos suficientes à demonstração da viabilidade da proposta no prazo estipulado pela Pregoeira poderá ensejar a desclassificação da proposta por inexequibilidade, nos termos do inciso IV do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.11. Caso o **Termo de Referência** exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no **Termo de Referência**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.12. Se exigido, por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema, com o anexo de parecer técnico.

9.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/21.

10.1.1. A documentação exigida para fins de **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira, técnica e declarações**, deverá ser anexada na plataforma **LICITANET** conforme exigido no **TERMO DE REFERÊNCIA** e transcritos no **Anexo III** do Edital no prazo máximo de até **2 (duas) horas** após o julgamento das propostas de preços.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/16, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4. Na participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, ou por cópia autenticada em cartório **EXCLUSIVAMENTE** por meio da plataforma **LICITANET** na aba **HABILITANET**. **Não será aceito o recebimento via correios e nem por e-mail**

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/21.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/21).

10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta** vigentes na data de entrega das propostas.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

10.10. A habilitação será verificada por meio da plataforma **LICITANET**, nos documentos por ele abrangidos.

10.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/18, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma **LICITANET** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/18, art. 7º, caput).

10.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/18, art. 7º, parágrafo único).

10.12. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema **LICITANET**, em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.

10.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item **10.12.1**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Pregoeira, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até no mínimo **02 (duas) horas**, para:

10.14.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época **da abertura da sessão pública do certame**; (Acórdão 1414/2023 – Plenário)

10.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

10.14.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

10.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.16. Na análise dos documentos de habilitação, a **comissão de contratação** poderá sanar erros ou falhas, que **não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica**, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **10.1.1**.

10.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21.

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a **intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema na aba **"RECURSOS"**.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, **encaminhar recurso para a autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para **apresentação de contrarrazões ao recurso** pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, podendo ser solicitado através de e-mail ou em vista de forma presencial nos dias e horários de expediente do órgão.

12. DA REABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2.. Quando houver erro na aceitação da oferta do melhor classificado ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/06. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes **DEVERÃO** ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico através da aba **"ações"/"disparar aviso"**, "chat", ou e-mail, e de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma **LICITANET**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- 13.1.** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
13.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A Ata de Registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital, sendo esta disponibilizada via e-mail contidos na plataforma **LICITANET**, ou se for o caso no disponibilizada no sistema.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado e disponibilizado no Portal da Transparência do Município durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, **mas não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Caso o licitante convocado para assinar a Ata de Registro de Preços não o faça no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar, na ordem de classificação, os licitantes que compõem o cadastro de reserva, concedendo-lhes o mesmo prazo para assinatura da ARP, conforme dispõe o art. 15 do Decreto Municipal nº 407/2025.

13.7.1. Se nenhum licitante do cadastro de reserva aceitar assinar a Ata de Registro de Preços nas condições originais, a Administração poderá convocar os demais licitantes



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

remanescentes, na ordem de classificação, para negociar novas condições de preço, inclusive admitindo valores superiores aos do adjudicatário, desde que não ultrapassem o orçamento estimado constante do edital, nos termos do art. 15, §3º, do Decreto Municipal nº 407/2025.

13.7.2. Obtida proposta vantajosa em negociação, a Administração poderá adjudicar e firmar a Ata de Registro de Preços com o licitante remanescente que apresentar a melhor condição negociada, respeitada a ordem de classificação, conforme autoriza o art. 15, §3º, do Decreto Municipal nº 407/2025.

13.7.3. Não existindo cadastro de reserva, aplica-se diretamente o procedimento descrito nos itens 13.7.1 e 13.7.2, de acordo com o art. 15, §4º, do Decreto Municipal nº 407/2025.

13.8. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada, de forma motivada, a manutenção das condições originalmente pactuadas e a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 14 do Decreto Municipal nº 407/2025.

13.8.1. Ocorrendo a prorrogação da vigência da ARP, poderá ser restabelecido o quantitativo originalmente registrado, desde que observados, os requisitos previstos no art. 14, §3º, do referido Decreto, quais sejam:

13.8.1.1. que o quantitativo inicialmente previsto na ARP não tenha sido integralmente exaurido até o termo final de sua vigência;

13.8.1.2. que a prorrogação seja formalizada dentro do período de vigência da própria ARP;

13.8.1.3. que reste comprovado, mediante análise técnica ou pesquisa de mercado, que o preço registrado permanece vantajoso à Administração;

13.8.1.4. que a justificativa para o restabelecimento do quantitativo evidencie que tal medida constitui a solução que melhor satisfaz ao interesse público; e

13.8.1.5. que exista previsão expressa acerca dessa possibilidade tanto no edital quanto na própria ARP.

13.8.2. O restabelecimento dos quantitativos, quando admitido, não configura novo registro de preços, mas simples recomposição do saldo originalmente fixado, devendo ser formalizado mediante termo aditivo devidamente motivado e instruído.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

14.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

14.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 26 e art. 27 do Decreto Municipal nº 407/2025.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DO DESCUMPRIMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços sujeitará o fornecedor à aplicação das penalidades previstas neste edital, e seus anexos e na legislação vigente, competindo ao órgão gerenciador aplicá-las, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, inciso XVI, do Decreto Municipal nº 407/2025.

15.1.1. As sanções previstas neste edital também se aplicam aos licitantes integrantes do cadastro de reserva que, quando convocados, deixarem de cumprir injustificadamente o compromisso assumido após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

15.2. A aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações previstas na ARP caberá:

15.2.1. ao órgão gerenciador, quando o descumprimento disser respeito às obrigações assumidas no âmbito do próprio gerenciamento da Ata, conforme art. 5º, inciso XVI, do Decreto Municipal nº 407/2025;

15.2.2. ao órgão ou entidade participante, quando o descumprimento disser respeito às contratações por ele formalizadas, nos termos do art. 6º, inciso IX, do Decreto Municipal nº 407/2025, devendo comunicar ao órgão gerenciador as penalidades aplicadas.

15.3. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão gerenciador todas as ocorrências relacionadas ao desempenho dos fornecedores registrados, especialmente aquelas que possam ensejar a instauração de procedimento para cancelamento do registro ou aplicação de penalidades, para fins de consolidação, controle e registro no âmbito do Sistema de Registro de Preços.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação com o detentor da Ata de Registro de Preços, caso seja celebrada, será formalizada por instrumento contratual, emissão de nota de empenho ou instrumento equivalente, de acordo com as exigências previstas no edital de licitação, e conforme as prescrições estabelecidas no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, observando as disposições do Termo de Referência.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

16.2. Os contratos decorrentes do Ata de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

16.3. Os Contratos que por ventura vir a ser celebrados reger-se-ão de acordo com as respectivas cláusulas.

16.4. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, os fornecedores registrados terão o prazo de até **03 (três) dias úteis**, após convocação, para a assinatura do Instrumento Contratual correspondente, e a retirada da respectiva Nota de Empenho. A critério da administração, este prazo poderá ser prorrogável, por apenas uma vez, desde que devidamente justificado e aceito pela administração, sob pena de decair o direito à contratação.

16.4.1. À convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: **a)** encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; **b)** disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03 (três) dias úteis**; ou **c)** outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03 (três) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

16.4.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor, implica o reconhecimento de que:

16.4.2.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

16.4.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

16.4.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

16.5. Na assinatura do contrato, será exigida a **comprovação das condições de habilitação** consignadas no Termo de Referência, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.6. Na hipótese de o fornecedor convocado não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis ao licitante, adotará as medidas previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/21.

16.5. Nos casos que for celebrado o instrumento contratual a quantidade contratada poderá ser acrescida e/ou suprimida dentro dos limites previstos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

17.1.5. fraudar a licitação

17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.6.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.1.8.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/13.

17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. advertência;

17.2.2. multa;

17.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

17.3.2. as peculiaridades do caso concreto

17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5%** a **30%** incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

17.4.1. Para as infrações previstas nos itens **17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

17.4.2. Para as infrações previstas nos itens **17.1.4, 17.1.5, 17.1.6**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

17.7. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **17.1.4, 17.1.5 e 17.1.6**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/21.

17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **17.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73/22.

17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a **instauração de processo de responsabilização** a ser conduzido por comissão composta por no mínimo **2 (dois) servidores**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa na plataforma **LICITANET**.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

17.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados na plataforma **LICITANET** serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão preferencialmente ser realizados via plataforma **LICITANET** (<https://www.licitanet.com.br/processos>), ou através dos meios de comunicação descritos no **item 3.2** deste Edital.

18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

18.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.6. As respostas à esclarecimentos e impugnações, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no Edital durante o período, serão anexadas na Plataforma **LICITANET** e Portal da Transparência do Município em forma de aviso de erratas ou notas de esclarecimentos, e vincularão os participantes e a administração.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será produzida e divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico **LICITANET**.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação por se tratar de procedimento via Sistema de Registro de Preços.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum momento, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento**. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. É facultado a Pregoeira, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive as fases de proposta e documentação, solicitando documentos complementares, estabelecendo no "chat" prazo razoável para entrega.

19.8.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de: catálogos, prospectos, folhetos.

19.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios legalidade, da isonomia e do interesse público.

19.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.11. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal da Transparência do Município, no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe via SAGRES, e na plataforma LICITANET.

19.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 19.12.1.** ANEXO I - Termo de Referência;
- 19.12.2.** ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- 19.12.3.** ANEXO III – Documentos Necessários para Habilitação;
- 19.12.4.** ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços; e
- 19.12.5.** ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato.

Itabaianinha/Se, 26 de dezembro de 2025.

DIANA GUIMARÃES COSTA
Pregoeira



PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2025/PMI-SRP

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA FINAL - CONSOLIDADO

Processo Administrativo nº 256/2025

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O objeto da presente licitação é Registro de preços visando futuras contratação de empresa especializada para aquisição com fornecimento parcelado de Material Gráfico, incluindo a confecção e distribuição dos materiais, para atender necessidades dos órgãos públicos que fazem parte da estrutura administrativa do Município de Itabaianinha/SE, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1 Os itens abaixo representam a cota principal, destinado à ampla concorrência, ou seja, todas as empresas interessadas podem participar da disputa de lances, inclusive Microempreendedores Individuais (MEI) Microempresas (ME) e de Empresas de Pequeno Porte (EPP). Estes itens correspondem ao mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado da contratação do item, já que ultrapassou o limite estabelecido pelo Art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 08 de agosto de 2014 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015 e Art. 8, inciso II c/c Art. 11 da Lei Municipal nº 1.082/2021 de 17 de setembro de 2021:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	30048	ADESIVO VINIL METRO QUADRADO - ADESIVO VINIL METRO QUADRADO - IMPRESSÃO DIGITAL, CORES: 4X0 - COLORIDO FRENTE, MATERIAL: VINIL ADESIVO, REVESTIMENTO: Á PROVA D'ÁGUA. MATERIAL: ADESIVO BRILHO. ARTE PARA IMPRESSÃO E APLICAÇÃO POR CONTA DA EMPRESA, O LOCAL SERÁ INDICADO PELA SECRETARIA SOLICITANTE.	M	3.186	R\$ 83,89	R\$ 267.273,54
2	13089	APOSTILA 100 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, COLORIDA EM PAPEL A4 - APOSTILA 100 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, COLORIDA EM PAPEL A4, COM ESPIRAL, CAPA E CONTRACAPA	UND	3.225	R\$ 30,33	R\$ 97.814,25



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		DE ENCADERNAÇÃO.					
3	30736	Placa de Nome de Rua (Alumínio) - Material: Alumínio liso, espessura mínima de 1,5 mm, com pintura eletrostática ou anodização (anticorrosivo) Tamanho padrão: 40 x 20 cm (ou conforme norma municipal) Cantos: Arredondados, sem rebarbas Impressão: Serigrafia ou adesivo vinílico com proteção UV (durabilidade mínima de 5 anos) Fundo: Azul (padrão), letras brancas (alto contraste) Fonte: Nome da rua em caixa alta, fonte tipo Helvética ou similar Texto adicional: Bairro, CEP ou região, em fonte menor Fixação: 4 furos (um em cada canto); pode incluir suporte ou abraçadeiras Opcional: Película refletiva, brasão do município, QR Cod e Normas: Deve seguir ABNT NBR 14644 (sinalização urbana)	UND	300	R\$ 265,67	R\$ 79.701,00	

1.1.2 Os itens abaixo relacionados representam os itens exclusivos e o da cota reservada à participação de Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e de Empresas de Pequeno Porte (EPP). São os itens cujo valor estimado total são inferiores ao limite estabelecido pela referida Lei Complementar e os itens correspondentes ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da cota principal, conforme Art. 48, incisos, I e III, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 08 de agosto de 2014 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015 e Art. 7º c/c 11, inciso II, da Lei Municipal nº 1.082, de 17 de setembro de 2021:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	4420	ADESIVO 0,08X0,08CM - ADESIVO, confeccinado em impressão digital retangular cores variadas med. 0,08x0,08cm (conforme modelo fornecido por cada secretaria)	UND	1.400	R\$ 0,50	R\$ 700,00
5	21089	ADESIVO 1,75 x 0,59 m - ADESIVO 1,75 x 0,59 m.	UND	100	R\$ 75,00	R\$ 7.500,00
6	4417	ADESIVO 10X15 CM - ADESIVO - para pasta em papel colante med. 10x15cm. Cores variadas (conforme modelo fornecido por cada secretaria.)	UND	200	R\$ 0,97	R\$ 194,00
7	30746	ADESIVO EM FORMATO DE “JOINHA” (MÃO COM POLEGAR LEVANTADO) - ADESIVO AUTOCOLANTE -	UND	500	R\$ 2,91	R\$ 1.455,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		IMPRESSÃO DIGITAL, COLORIDO FRENTE, MATERIAL: PAPEL ADESIVO DE ALTA QUALIDADE 115G, MEDINDO APROXIMADAMENTE 20X20CM, MODELO A SER FORNECIDO PELA CONTRATANTE.				
8	21090	ADESIVO REDONDO 0,20 X 0,20 m - ADESIVO REDONDO 0,20 X 0,20 m.	UND	100	R\$ 2,89	R\$ 289,00
9	29720	AGENDA CAPA DURA PERSONALIZADA, TAMANHO: 21CM DE ALTURA POR 14CM DE LARGURA, MINIMO DE 199 PAGINAS - Características mínimas: miolo em papel offset 75g branco; 01 dia por página/02 dias por folha; agenda anual; Capa dura com papel paraná revestido em adesivo para maior durabilidade; Arame Aerol; Conter os Calendários desta Rede de Ensino impressos em papel cochê brilho 120g (são 03 modalidades - 01 por folha); Conter uma página em papel cochê brilho 120g, sem impressão no verso, antes do início de cada mês, esta deverá ser com impressão colorida com informações deste município a serem passadas no momento do pedido; Conter uma folha para alimentação dos dados pessoais a exemplo de: nome, telefone, endereço, entre outros. OBSERVAÇÃO: Croqui da capa, modelo de folha/mês e folhas que separam os meses serão encaminhadas no momento do pedido. A empresa deverá produzir 01 modelo e encaminhar a esta secretaria para avaliação e autorização da reprodução do pedido como um todo.	UND	750	R\$ 45,79	R\$ 34.342,50
10	27841	APOSTILA 50 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, PRETO E BRANCO EM PAPEL A4, COM ESPIRAL - APOSTILA 50 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, PRETO E BRANCO EM PAPEL A4, COM ESPIRAL, CAPA E CONTRACAPA DE ENCADERNAÇÃO.	UND	1.400	R\$ 22,33	R\$ 31.262,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

11	26430	AQUISIÇÃO DE PLACA DE HOMENAGEM EM ACRILICO - Aquisição de Placa de Homenagem confeccionada em acrílico com espessura de 2mm com plotagem de impressão digital em alta resolução, medindo 15x10cm.	UND	20	R\$ 30,57	R\$ 611,40
12	30508	BANNER EM LONA – MADERITE BANNER EM LONA – MADERITE: BANNER EM LONA VINIL 480GR, ACABAMENTO EM MADERITE NAS DUAS EXTREMIDADES E CORDÃO EM NYLON (METRO QUADRADO)	M ²	100	R\$ 68,70	R\$ 6.870,00
13	30506	BANNER EM METRO QUADRADO - BANNER METRO QUADRADO - IMPRESSÃO DIGITAL, CORES: 4X0 - COLORIDO FRENTE, MATERIAL: LONA 480G, ACABAMENTO: EM BASTÃO DE MADEIRA E PONTEIRAS PLÁSTICAS BRANCAS E BARBANTE EM POLIPROPILENO PARA SUPORTE. REVESTIMENTO: BRILHO. MODELO E TAMANHO A SER FORNECIDO PELA CONTRATANTE	M ²	530	R\$ 68,12	R\$ 36.103,60
14	21843	BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 4,00largx4,00malt - BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 4,00largx4,00malt, com impressão policromia digital 4x0 cores, com acabamento em ilhões na lona para fixação em toda a estrutura. OBS: O Banner deverá ser instalado pela contratada e quando da instalação do banner a estrutura deverá ficar interna não ficando a amostra (conforme modelo e imagem ilustrativa anexo).	UND	1	R\$ 1.320,00	R\$ 1.320,00
15	26330	BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 6,00largx2,00malt BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 6,00largx2,00malt, com impressão policromia digital 4x0 cores, com acabamento em ilhões na lona para	UND	2	R\$ 976,67	R\$ 1.953,34



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		fixação em toda a estrutura.					
16	21828	BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal 3,00mx2,0 - BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 3,00x2,0m, com impressão policromia digital 4x0 cores, com acabamento em ilhões na lona para fixação em toda a estrutura. OBS: O Banner deverá ser instalado pela contratada e quando da instalação do banner a estrutura deverá ficar interna não ficando a amostra (conforme modelo e imagem ilustrativa anexo).	UND	2	R\$ 510,83	R\$ 1.021,66	
17	26466	BANNER LONADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, MEDINDO 9X3M - BANNER LONADO COM IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 (COR) MEDINDO 9X3M COM ACABAMENTO EM ILHOES	UND	1	R\$ 2.046,92	R\$ 2.046,92	
18	30049	BANNER METRO QUADRADO BANNER METRO QUADRADO - IMPRESSÃO DIGITAL, CORES: 4X0 - COLORIDO FRENTE, MATERIAL: LONA 380G, ACABAMENTO: ILHOES, APROXIMADAMENTE 6 EM CADA M2. REVESTIMENTO: BRILHO. ARTE PARA IMPRESSÃO E APLICAÇÃO POR CONTA DA EMPRESA, O LOCAL SERÁ INDICADO PELA SECRETARIA SOLICITANTE	M ²	545,8	R\$ 77,46	R\$ 42.277,67	
19	28449	BLOCO DE ANOTAÇOES, tamanho 15cm x 21cm, confeccionado em papel A4 branco, BLOCO DE ANOTAÇOES, tamanho 15cm x 21cm, confeccionado em papel A4 branco, com imagem de impressão 4x4 cores na capa e contracapa com 10 folhas em cada bloco com marca d'água do slogan do evento.	UND	1.400	R\$ 4,21	R\$ 5.894,00	
20	440	BLOCO DE NOTAS PERSONALIZADO - 10 FOLHAS BLOCO COM 10 FOLHAS EM PAPEL SULFITE BRANCO MEDINDO 8CMX13CM CADA, COM CAPA E CONTRACAPA EM	UND	400	R\$ 3,94	R\$ 1.576,00	



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		PAPEL CARTÃO 180G COM IMPRESSÃO 4X0 CORES, CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE					
21	21817	BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL/BPA (CONSOLIDADO) - BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL/BPA (CONSOLIDADO) , papel OFFSET 75g, tamanho A4 com o timbre e o logotipo oficial na cor preto e branco	UND	1.000	R\$ 0,35	R\$ 350,00	
22	6859	BOLETIM DE REGISTRO DIÁRIO ANTI-VETORIAL boletim de registro diário anti-vetorial - dengue, papel offset 75g tamanho A4, com timbre e o logotipo oficial na cor preto e branco	UND	13.350	R\$ 0,40	R\$ 5.340,00	
23	30734	Botton Personalizado - Botton redondo personalizado com impressão colorida. Descrição do Produto Formato: Redondo Diâmetro: 3,5 cm (padrão) ou conforme solicitado no edital Material da Base: Metal (aço ou alumínio com pintura epóxi branca ou similar)Acabamento: Película plástica protetora brilhante (mylar) sobre a arte Fixação: Alfinete de segurança na parte traseira impressão: Colorida (4x0), em papel couchê de alta gramatura (mínimo 115g/m ²)Resolução da Arte: Impressão em alta resolução (mínimo 300 dpi), sem pixelização Personalização: Arte fornecida pela contratante (poderá haver mais de um modelo conforme necessidade)Durabilidade: Resistência a umidade e pequenos riscos Embalagem: Acondicionado em sacos plásticos transparentes, com 50 unidades por embalagem (ou conforme orientações da contratante)Prazo de Entrega: [Definir o prazo, por exemplo: até 10 dias corridos após a aprovação da arte]	UND	8.000	R\$ 1,07	R\$ 8.560,00	



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

24	29913	CADERNETA DE VACINAÇÃO ANIMAL - CADERNETA DE VACINAÇÃO ANIMAL, papel OFFSET 180g, tamanho 10X15 cm, com o timbre e o logotipo oficial do município, impressão preto e branco - frente e verso.	UND	9.000	R\$ 0,55	R\$ 4.950,00
25	6855	CADERNETA DE VACINAÇÃO - CADERNETA DE VACINAÇÃO papel OFFSET 180g, tamanho 7,28cm, com o timbre e o logotipo oficial em preto e branco - frente	UND	8.000	R\$ 0,89	R\$ 7.120,00
26	27529	Cartão da criança em papel offset 180g, impressão 4x4, tamanho 72x19cm, dobrado em 5 partes - Cartão da criança em papel offset 180g, impressão 4x4, tamanho 72x19cm, dobrado em 5 partes.	UND	2.700	R\$ 4,23	R\$ 11.421,00
27	27530	Cartão da gestante em papel offset 180g, impressão 4x4, tamanho 72x19cm, dobrado em 5 partes - Cartão da gestante em papel offset 180g, impressão 4x4, tamanho 72x19cm, dobrado em 5 partes.	UND	2.000	R\$ 4,33	R\$ 8.660,00
28	21714	CARTAZ confeccionado em papel couchê, medindo 45x30cm, impressão colorida - CARTAZ, confeccionado em papel couchê com gramatura de 120 gramas medindo 45x30cm, impressão colorido. Com arte conforme solicitação a ser apresentada pela contratante.	UND	170	R\$ 2,00	R\$ 340,00
29	20394	CARTAZ de divulgação, confeccionado em papel couche, tamanho 60 x 40- A2, impressão colorida - CARTAZ de divulgação, confeccionado em papel couche, tamanho 60 x 40- A2, impressão colorida	UND	660	R\$ 6,63	R\$ 4.375,80
30	13098	CERTIFICADO, confeccionado em papel linho com formato de 210 mm x 297mm, 4x4 cores, gramatura 180g - CERTIFICADO, confeccionado em papel linho com formato de 210 mm x 297mm, 4x4 cores, gramatura 180g.	UND	2.600	R\$ 1,88	R\$ 4.888,00
31	23887	CONFECÇÃO CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR 43X43MM - CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR	UND	2	R\$ 76,91	R\$ 153,82



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		43X43MM, material corpo plástico, tipo automático, auto-entitado, design comum e padrão com borracha personalizada de acordo com o(s) modelo(s) fornecidos pela contratante.					
32	23844	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 20 CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 20 - material corpo plástico, tipo automático, auto-entitado, design comum e padrão com borracha personalizada de acordo com o(s) modelo(s) fornecidos pela contratante	UND	105	R\$ 62,62	R\$ 6.575,10	
33	23843	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 40 CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 40, material corpo plástico, tipo automático, auto-entitado, design comum e padrão com borracha personalizada de acordo com o(s) modelo(s) fornecidos pela contratante.	UND	125	R\$ 65,82	R\$ 8.227,50	
34	2968	CONFECÇÃO DE PAINEL - 4,5 X 0,60 MATERIAL: ESTRUTURA METÁLICA E LONA DE IMPRESSÃO DIGITAL; TAMANHO: 4,5 X 0,60 METROS.	UND	10	R\$ 472,00	R\$ 4.720,00	
35	27845	CRACHÁ de identificação frontal. 6cm x 8. Colorido, em PVC, com alta resistência à quebra, à umidade e contra event - CRACHÁ de identificação frontal. Colorido, confeccionado em PVC, com alta resistência à quebra, à umidade e contra eventual deslocamento. Medindo 6cm x 8. Conforme o modelo enviado pela Secretaria. Características adicionais: deverá vir com cordão 100% poliéster sublimado de acordo com croqui apresentado e com presilha.	UND	580	R\$ 11,87	R\$ 6.884,60	
36	13099	CRACHÁ de identificação frontal. Colorido, confeccionado em PVC, com alta resistência à quebra, à umidade e contra event - CRACHÁ de identificação frontal. Colorido, confeccionado em PVC, com alta resistência à quebra, à umidade e contra eventual deslocamento. Medindo 5cm x 6,5. Conforme o modelo enviado pela Secretaria. Características adicionais: deverá vim	UND	10	R\$ 9,83	R\$ 98,30	



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		com cordão 100¢ poliéster na cor azul marinho e com presilha.				
37	21819	ENVELOPE PRONTUÁRIO, em ficha ouro 120g, impresso 1x1 tamanho ofício, colado nas laterais - ENVELOPE PRONTUÁRIO, em ficha ouro 120g, impresso 1x1 tamanho ofício, colado nas laterais.	UND	1.000	R\$ 0,32	R\$ 320,00
38	4465	ETIQUETA DE ENTOMOLOGIA/DENGUE - ETIQUETA DE ENTOMOLOGIA/DENGUE - papel OFFSET 75g, tamanho 6 x 6 cm, de acordo com modelo.	UND	1.500	R\$ 5,65	R\$ 8.475,00
39	30507	FAIXA EM METRO QUADRADO FAIXA METRO QUADRADO - IMPRESSÃO DIGITAL, CORES: 4X0 - COLORIDO FRENTE, MATERIAL: LONA 480G, ACABAMENTO: EM BASTÃO DE MADEIRA E PONTEIRAS PLÁSTICAS BRANCAS. REVESTIMENTO: BRILHO. MODELO E TAMANHO A SER FORNECIDO PELA CONTRATANTE.	M ²	535	R\$ 83,25	R\$ 44.538,75
40	29721	FAIXA, CONFECCIONADA EM LONA COM IMPRESSÃO POLICROMIA DIGITAL 4X0, MEDINDO 3,00MX0,70CM - FAIXA, CONFECCIONADA EM LONA COM IMPRESSÃO POLICROMIA DIGITAL 4X0, MEDINDO 3,00X0,70CM COM ACABAMENTO EM METALON GALVANIZADO 20X20, CHAPA 22, CONFORME MODELO A SER FORNECIDO PELA CONTRATANTE.	UND	50	R\$ 376,00	R\$ 18.800,00
41	4477	FICHA DE VISITA DOMICILIAR FICHA DE VISITA DOMICILIAR - Campanha de Controle das Endemias, papel OFFSET 75g, tamanho 1/4, com o timbre e o logotipo oficial na cor preto e branco.	UND	7.500	R\$ 5,28	R\$ 39.600,00
42	13101	FOLDER A4, em papel couchê 20 x 30 cm, cores variadas. (Conforme modelo fornecido pela secretaria) - FOLDER A4, em papel couchê 20 x 30 cm, cores variadas. (Conforme modelo fornecido pela secretaria)	UND	4.804	R\$ 1,93	R\$ 9.271,72
43	21837	IMPRESSÃO DE MÍDIA EXTERNA PARA OUTDOOR - Impressão de mídia externa para	UND	1	R\$ 607,50	R\$ 607,50



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		outdoor, medindo 9m x3m em papel couchê 90g impressão 4x0 cores, com aplicação inclusa.					
44	26331	IMPRESSÃO DE MÍDIA EXTERNA PARA OUTDOOR BANNER LONADO - Outdoor banner lonado a ser instalado em estrutura de metal, medindo 9m x3m, com impressão policromia digital 4x0 cores, com acabamento em ilhões, na lona para fixação em toda estrutura.	UND	1	R\$ 2.065,00	R\$ 2.065,00	
45	9939	LAUDO DE INSPEÇÃO bloco enumerado c/ 50 jogos de 4 vias (1 ^a via branca, 2 ^a via verde, 3 ^a via amarela, 4 ^a via rosa) - LAUDO DE INSPEÇÃO - papel offset 75g, com timbre e logotipo oficial em preto e branco, bloco enumerado c/ 50 jogos de 4 vias (1 ^a via branca, 2 ^a via verde, 3 ^a via amarela, 4 ^a via rosa). Enumerar a partir do número 3100. Conforme layout fornecido pela Secretaria Municipal da Saúde.	BLC	20	R\$ 38,17	R\$ 763,40	
46	30735	PAINEL TIPO PLACA COM BANNER LONADO Medindo 2m x1,50m com estrutura em metalon 30x20 mm, banner confeccionado em lona com impressão policromia digital 4x0 cores, com ilhões na lona para fixação em toda a estrutura.	UND	1	R\$ 481,25	R\$ 481,25	
47	21733	PAINEL TIPO PLACA COM BANNER LONADO, medindo 5,00x1,30 m, com impressão digital 4x0 cores - PAINEL TIPO PLACA COM BANNER LONADO medindo 5,00x1,30 m com estrutura em metalon 30x20 mm, banner confeccionado em lona com impressão policromia digital 4x0 cores, com ilhões na lona para fixação em toda a estrutura. OBS: O Painel com o banner deverá ser instalado pela contratada em local a ser indicado pela contratante no Município de Itabaianinha e quando da instalação do banner a estrutura deverá ficar interna não ficando a amostra. (conforme modelo em anexo).	UND	1	R\$ 1.096,67	R\$ 1.096,67	
48	20230	PANFLETOS COUCHÊ 150G SEM VERNIZ 4X4 - PANFLETOS COUCHÊ 150G SEM VERNIZ 4X4, PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM APLICATIVO DA SALA DO EMPREENDEDOR JOSÉ BORGES	UND	2.841	R\$ 0,57	R\$ 1.619,37	



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		NETO.					
49	21776	PANFLETOS med 15x21cm pacotes com 1.000 unidades - PANFLETOS, em papel comum. Impressão 4x4 cores variadas med. 15x21cm, pacotes com 1.000 unidades. (conforme modelo em anexo).	PCT	30	R\$ 307,50	R\$ 9.225,00	
50	28450	Pasta com bolso, em triplex 250 76 250 g/m², 4 x 0 cores no formato 350 x 500 mm - Pasta com bolso, em triplex 250 76 250 g/m², 4 x 0 cores no formato 350 x 500 mm	UND	1.400	R\$ 3,38	R\$ 4.732,00	
51	21735	PASTA EM PAPEL CARTÃO DUPLEX 300g, medindo 48cm x 33cm - PASTA, confeccionada em papel cartão duplex 300g, tamanho 48cmx33cm, na cor branca, impressão monocromático 1x0, conforme modelo a ser fornecido pela contratante.	UND	300	R\$ 2,77	R\$ 831,00	
52	13081	PASTA, confeccionada em papel cartão duplex 400g, tamanho 53 cm x 34 cm, ma cor branca, com logomarca do aluno - PASTA, confeccionada em papel cartão duplex 400g, tamanho 53 cm x 34 cm, ma cor branca, com logomarca do aluno, (conforme modelo em anexo)	UND	10.500	R\$ 3,45	R\$ 36.225,00	
53	30755	PLACA - PROIBIDO JOGAR LIXO 40 X 20 - Dimensões: 40 x 20cm Material: PVC expandido, 2 ou 3 mm de espessura Fundo: Branco Texto: "PROIBIDO JOGAR LIXO", em letras maiúsculas. Fonte: Arial Black ou similar, na cor vermelha ou preta Centralizado, com alta visibilidade. Símbolo: Ícone de proibição (lixo sendo jogado + círculo vermelho com faixa), padrão ISO .Rodapé institucional: Nome da Secretaria Municipal de Obras e Prefeitura .Opcional: brasão ou logotipo oficial.	UND	50	R\$ 29,18	R\$ 1.459,00	
54	30754	PLACA - PROIBIDO JOGAR LIXO 60 X 40 - Dimensões: 60 x 40 cm Material: PVC expandido, 2 ou 3 mm de espessura Fundo: Branco Texto: "PROIBIDO JOGAR LIXO", em letras maiúsculas Fonte: Arial Black ou similar, na cor vermelha ou preta Centralizado, com alta visibilidade Símbolo: Ícone de	UND	50	R\$ 42,00	R\$ 2.100,00	



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		proibição (lixo sendo jogado + círculo vermelho com faixa), padrão ISO Rodapé institucional: Nome da Secretaria Municipal de Obras e Prefeitura Opcional: brasão ou logotipo oficial.					
55	19104	PLACA EM ACRÍLICO 0,50mX 0,70m 4x0 cores - PLACA confeccionada em acrílico com dimensões 0,50m larg. x 0,70m de alt. plotada em adesivo de impressão digital 4x0 cores para confecção das placas da Licença Ambiental e outros.	UND	30	R\$ 118,33	R\$ 3.549,90	
56	28073	PLACA MURAL EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM ESPESSURA DE 3 MM, MEDINDO 2M DE COMPRIMENTO E 1M DE ALTURA, IMPRESSÃO DIGITAL - - PLACA MURAL EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM ESPESSURA DE 3 MM, MEDINDO 2M DE COMPRIMENTO E 1M DE ALTURA, IMPRESSÃO DIGITAL 4x0, COM 10 PORTA-AVISOS SOBREPOSTO EM MATERIAL ACRÍLICO TRANSPARENTE MEDINDO 21,5 CM X 30CM. A PLACA DEVERÁ SER INSTALADA COM PROLONGADORES CROMADOS. (CONFORME LAYOUT EM ANEXO) OBS: A SER INSTALADA PELA CONTRATADA.	UND	5	R\$ 1.600,00	R\$ 8.000,00	
57	28087	PLACAS DE SINALIZAÇÃO, EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM ESPESSURA DE 3mm, MEDINDO 40 CM DE LARGURA POR 20 CM DE ALTURA - - PLACAS DE SINALIZAÇÃO, EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM ESPESSURA DE 3mm, MEDINDO 40 CM DE LARGURA POR 20 CM DE ALTURA, IMPRESSÃO DIGITAL 4X0, COM PORTA-AVISOS SOBREPOSTO MEDINDO 21 CM DE LARGURA E 11CM DE ALTURA. A SER INSTALADA COM FITA ADESIVA. (CONFORME LAYOUT EM	UND	51	R\$ 51,67	R\$ 2.635,17	



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		ANEXO. OBS: A SER INSTALADA PELA CONTRATADA				
58	29722	PLACAS EM MATERIAL PVC COM ESPESSURA DE 3MM, MEDINDO 1MX0,80CM, IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 - PLACAS EM MATERIAL PVC COM ESPESSURA DE 3MM, MEDINDO 1MX0,80CM, IMPRESSÃO DIGITAL 4X0	UND	105	R\$ 251,67	R\$ 26.425,35
59	27849	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A1, IMPRESSÃO COLORIDA PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO COLORIDA, TAMANHO A1	UND	60	R\$ 24,60	R\$ 1.476,00
60	27853	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A1, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO, TAMANHO A1	UND	60	R\$ 9,85	R\$ 591,00
61	27850	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A2, IMPRESSÃO COLORIDA - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO COLORIDA, TAMANHO A2	UND	60	R\$ 12,49	R\$ 749,40
62	27854	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A2, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO, TAMANHO A2	UND	30	R\$ 7,17	R\$ 215,10
63	27851	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A3, IMPRESSÃO COLORIDA - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO COLORIDA, TAMANHO A3	UND	70	R\$ 6,53	R\$ 457,10
64	27855	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A3, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO, TAMANHO A3	UND	70	R\$ 20,33	R\$ 1.423,10
65	21741	PLOTAGEM DE VEÍCULOS Plotagem de veículos com adesivo vinil	M ²	124	R\$ 271,31	R\$ 33.642,44



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		com impressão policromia digital 4x0 cores (com aplicação inclusa), conforme modelos a ser apresentados pela contratante					
66	21742	PLOTAGEM DE VEÍCULOS tipo envelopamento completo - Plotagem do tipo envelopamento completo do veículo (sedan, hatch ou pick up) com adesivo vinil com impressão policromia digital 4x0 cores (com aplicação inclusa), conforme modelos a ser apresentados pela contratante.	UND	15	R\$ 2.345,00	R\$ 35.175,00	
67	27848	PLOTAGENS AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A0, IMPRESSÃO COLORIDA - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO COLORIDA, TAMANHO A0	UND	20	R\$ 20,53	R\$ 410,60	
68	27852	PLOTAGENS AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO AO, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO, TAMANHO AO	UND	20	R\$ 18,40	R\$ 368,00	
69	20650	PRAGUINHA ADESIVA PRAGUINHAS, confeccionadas em papel couchê autocolante com brilho 80g, medindo 0,68x0,68cm 4x0 cores. (conforme modelo fornecido pela secretaria)	UND	5.000	R\$ 0,19	R\$ 950,00	
70	27846	PROVA DIAGNÓSTICA DA REDE - SONDAÇÃO - PROVA DIAGNÓSTICA DA REDE - prova composta por 02 (duas) folhas, com impressão frente e verso, impressão colorida, papel A4.	UND	4.800	R\$ 1,50	R\$ 7.200,00	
71	6867	RECEITUÁRIO CONTROLADO B (chequinho com canhoto) - receituário controlado b, (chequinho com canhoto) papel offset 75g, tamanho 27x10cm, bloco com 20 folhas.	BLC	500	R\$ 1,38	R\$ 690,00	
72	6865	RECEITUÁRIO CONTROLADO ESPECIAL - RECEITUARIO CONTROLADO Especial, papel offset 75g, tamanho 1/5 ofício, com duas vias (1 ^a via branca e 2 ^a via azul carbonada), 50 jogos de 2 vias.	BLC	500	R\$ 7,57	R\$ 3.785,00	
73	6866	RECEITUÁRIO MÉDICO - receituário médico, papel offset 75g, tamanho 1/2 ofício com o timbre e o	BLC	5.000	R\$ 8,11	R\$ 40.550,00	



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		logotipo oficial na cor preto e branco, bloco com 100 folhas.				
74	6869	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA - requisição de mamografia, papel offset 75g, tamanho A4, com o timbre e o logotipo oficial na cor preto e branco, frente e verso.	UND	4.000	R\$ 0,40	R\$ 1.600,00
75	27847	SIMULADO AVALIAÇÕES EXTERNAS - PROJETOS IDEB POSITIVO -NÍVEL I - DOCUMENTO COMPOSTO POR 05 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, PRETO E BRANCO, PAPEL A4, COLECIONADO EM ORDEM CRESCENTE DO NÚMERO DA PÁGINA E GRAMPEADO.	UND	4.000	R\$ 1,85	R\$ 7.400,00
76	21734	TALÃO AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - TALÃO AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, medindo 11,5 cm larg x 23 cm compr, papel autocopiativo, gramatura 75g, bloco enumerado c/ 50 jogos de 3 vias (1 ^a via branca, 2 ^a via verde, 3 ^a via amarela), com destacamento serrilhado, conforme modelo em anexo.	UND	100	R\$ 26,00	R\$ 2.600,00
77	27856	TROFÉU EM ACRÍLICO TRANSPARENTE DE 1CM DE ESPESSURA - Troféu em Acrílico TRANSPARENTE com as medições abaixo: Placa: Altura 24cm, Largura 12 cm e Espessura 10mm. cm e Espessura 10mm, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO FEITA DIRETAMENTE NO ACRÍLICO (NÃO COLOCAR ADESIVO) CONTENDO TARJA SOBRESALENTE EM MATERIAL ESPELHO COM IMPRESSÃO DOURADA (CONFORME MODELO A SER ENVIADO PELA CONTRATANTE).	UND	250	R\$ 105,75	R\$ 26.437,50
78*	30048	ADESIVO VINIL METRO QUADRADO - ADESIVO VINIL METRO QUADRADO - IMPRESSÃO DIGITAL, CORES: 4X0 - COLORIDO FRENTE, MATERIAL: VINIL ADESIVO, REVESTIMENTO: Á PROVA	M	1.062	R\$ 83,89	R\$ 89.091,18



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		D'ÁGUA. MATERIAL: ADESIVO BRILHO. ARTE PARA IMPRESSÃO E APLICAÇÃO POR CONTA DA EMPRESA, O LOCAL SERÁ INDICADO PELA SECRETARIA SOLICITANTE.					
79*	13089	APOSTILA 100 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, COLORIDA EM PAPEL A4 - APOSTILA 100 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, COLORIDA EM PAPEL A4, COM ESPIRAL, CAPA E CONTRACAPA DE ENCADERNAÇÃO.	UND	1.075	R\$ 30,33	R\$ 32.604,75	
80*	30736	Placa de Nome de Rua (Alumínio) - Material: Alumínio liso, espessura mínima de 1,5 mm, com pintura eletrostática ou anodização (anticorrosivo)Tamanho padrão: 40 x 20 cm (ou conforme norma municipal)Cantos: Arredondados, sem rebarbas Impressão: Serigrafia ou adesivo vinílico com proteção UV (durabilidade mínima de 5 anos)Fundo: Azul (padrão), letras brancas (alto contraste)Fonte: Nome da rua em caixa alta, fonte tipo Helvética ou similar Texto adicional: Bairro, CEP ou região, em fonte menor Fixação: 4 furos (um em cada canto); pode incluir suporte ou abraçadeiras Opcional: Película refletiva, brasão do município, QR Cod e Normas: Deve seguir ABNT NBR 14644 (sinalização urbana)	UND	100	R\$ 265,67	R\$ 26.567,00	

* Cota de até 25% reservada para concorrência entre empresas EPP/ME (Lei Complementar nº 147, de 2014).

1.1.3 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA CNPJ: 13.098.181/0001-82													
Item	Código	Produto/Serviço	Unid	Qtde Total	QUANTIDADES POR SECRETARIA								
					SME	SMPF	SMDA MA	SMCO M	SMOT SP	SMA	SMICT	SMCL LT	SMJEL
1	30048	ADESIVO VINIL METRO QUADRADO - ADESIVO VINIL METRO QUADRADO	M	3.149	0	11	0	0	300 0	50	0	35	53



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

2	13089	APOSTILA 100 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, COLORIDA EM PAPEL A4 -	UND	3.225	3.225	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	30736	Placa de Nome de Rua (Alumínio)	UND	300	0	0	0	0	300	0	0	0	0	0
4	4420	ADESIVO 0,08X0,08CM	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	21089	ADESIVO 1,75 x 0,59 m	UND	100	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0
6	4417	ADESIVO 10X15 CM	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	30746	ADESIVO EM FORMATO DE "JOINHA" (MÃO COM POLEGAR	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	21090	ADESIVO REDONDO 0,20 X 0,20 m	UND	100	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0
9	29720	AGENDA CAPA DURA PERSONALIZADA, TAMANHO: 21CM DE ALTURA POR 14CM DE LARGURA, MINIMO DE 199 PAGINAS	UND	750	750	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	27841	APOSTILA 50 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, PRETO E BRANCO EM PAPEL A4, COM ESPIRAL	UND	1.400	1.400	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	26430	AQUISIÇÃO DE PLACA DE HOMENAGEM EM ACRILICO	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	30508	BANNER EM LONA – MADERITE	M ²	100	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0
13	30506	BANNER EM METRO	M ²	460	50	30	0	300	50	0	0	0	0	30



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

14	21843	BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 4,00largx4,00malt	UND	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
15	26330	BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 6,00largx2,00malt	UND	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0
16	21828	BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal 3,00mx2,0	UND	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0
17	26466	BANNER LONADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, MEDINDO 9X3M	UND	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
18	30049	BANNER METRO QUADRADO	M ²	361,80	100	0	43,8	0	0	101	0	57	60
19	28449	BLOCO DE ANOTAÇOES, tamanho 15cm x 21cm, confeccionado em papel A4 branco, -	UND	1.400	1.400	0	0	0	0	0	0	0	0
20	440	BLOCO DE NOTAS PERSONALIZADO - 10 FOLHAS	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21	21817	BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL/BPA (CONSOLIDADO)	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22	6859	BOLETIM DE REGISTRO DIÁRIO ANTI-VETORIAL	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23	30734	Botton Personalizado	UND	8.000	0	0	0	0	800	0	0	0	0
24	29913	CADERNETA DE VACINAÇÃO	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25	6855	CADERNETA DE VACINAÇÃO -	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

26	27529	Cartão da criança em papel offset 180g, impressão 4x4, tamanho 72x19cm, dobrado em 5 partes	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27	27530	Cartão da gestante em papel offset 180g, impressão 4x4, tamanho 7 2x19cm, dobrado em 5 partes	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
28	21714	CARTAZ confeccionado em papel couchê, medindo 45x30cm, impressão colorida	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	20394	CARTAZ de divulgação, confeccionado em papel couche, tamanho 60 x 40- A2, impressão colorida	UND	660	400	0	260	0	0	0	0	0	0	0
30	13098	CERTIFICADO, confeccionado em papel linho com formato de 210 mm x 297mm, 4x4 cores, gramatura 180g	UND	2.600	2.600	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	23887	CONFECÇÃO CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR 43X43MM	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
32	23844	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 20	UND	45	25	0	5	0	0	15	0	0	0	0
33	23843	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 40	UND	50	30	0	5	0	0	15	0	0	0	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

34	2968	CONFECÇÃO DE PAINEL - 4,5 X 0,60	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
35	27845	CRACHÁ de identificação frontal. 6cm x 8. Colorido, em PVC, com alta resistência à quebra, à umidade e contra	UND	350	150	200	0	0	0	0	0	0	0	0
36	13099	CRACHÁ de identificação frontal. Colorido, confeccionado em PVC, com alta resistência à quebra, à umidade e contra event	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
37	21819	ENVELOPE PRONTUÁRIO, em ficha ouro 120g, impresso 1x1 tamanho ofício, colado nas laterais	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
38	4465	ETIQUETA DE ENTOMOLOGIA/DE NGUE -	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
39	30507	FAIXA EM METRO QUADRADO	M ²	380	40	0	0	300	40	0	0	0	0	0
40	29721	FAIXA, CONFECCIONADA EM LONA COM IMPRESSÃO POLICROMIA DIGITAL 4X0, MEDINDO 3,00MX0,70CM -	UND	50	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0
41	4477	FICHA DE VISITA DOMICILIAR	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

42	13101	FOLDER A4, em papel couchê 20 x 30 cm, cores variadas. (Conforme modelo fornecido pela secretaria)	UND	2.800	1.400	0	100 0	0	0	0	0	0	400
43	21837	IMPRESSÃO DE MÍDIA EXTERNA PARA OUTDOOR	UND	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
44	26331	IMPRESSÃO DE MÍDIA EXTERNA PARA OUTDOOR BANNER LONADO	UND	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
45	9939	LAUDO DE INSPEÇÃO bloco enumerado c/ 50 jogos de 4 vias (1^a via branca, 2^a via verde, 3^a via	BLC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
46	30735	PAINEL TIPO PLACA COM BANNER LONADO	UND	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
47	21733	PAINEL TIPO PLACA COM BANNER LONADO, medindo 5,00x1,30 m, com impressão digital 4x0 cores	UND	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
48	20230	PANFLETOS COUCHÊ 150G SEM VERNIZ 4X4 -	UND	2.841	0	0	0	0	0	0	284 1	0	0
49	21776	PANFLETOS med 15x21cm pacotes com 1.000 unidades	PCT	15	0	0	0	0	15	0	0	0	0
50	28450	Pasta com bolso, em triplex 250 76 250 g/m², 4 x 0 cores no formato 350 x 500 mm	UND	1.400	1.400	0	0	0	0	0	0	0	0
51	21735	PASTA EM PAPEL CARTÃO DUPLEX 300g, medindo 48cm x 33cm	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

52	13081	PASTA, confeccionada em papel cartão duplex 400g, tamanho 53 cm x 34 cm, na cor branca, com logomarca do aluno	UND	10.500	9.500	100 0	0	0	0	0	0	0	0	0
53	30755	PLACA - PROIBIDO JOGAR LIXO 40 X 20	UND	50	0	0	0	0	50	0	0	0	0	0
54	30754	PLACA - PROIBIDO JOGAR LIXO 60 X 40	UND	50	0	0	0	0	50	0	0	0	0	0
55	19104	PLACA EM ACRÍLICO 0,50mX 0,70m 4x0 cores -	UND	30	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0
56	28073	PLACA MURAL EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM ESPESSURA DE 3 MM, MEDINDO 2M DE COMPRIMENTO E 1M DE ALTURA, IMPRESSÃO DIGITAL	UND	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
57	28087	PLACAS DE SINALIZAÇÃO, EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM ESPESSURA DE 3mm, MEDINDO 40 CM DE LARGURA POR 20 CM DE	UND	51	30	0	0	0	0	21	0	0	0	0
58	29722	PLACAS EM MATERIAL PVC COM ESPESSURA DE 3MM, MEDINDO 1MX0,80CM, IMPRESSÃO	UND	105	100	0	0	0	0	0	0	0	0	5



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

59	27849	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A1, IMPRESSÃO COLORIDA	UND	60	30	0	0	0	30	0	0	0	0	0
60	27853	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A1, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO -	UND	60	30	0	0	0	30	0	0	0	0	0
61	27850	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A2, IMPRESSÃO COLORIDA	UND	60	30	0	0	0	30	0	0	0	0	0
62	27854	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A2, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO	UND	30	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0
63	27851	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A3, IMPRESSÃO COLORIDA	UND	70	40	0	0	0	30	0	0	0	0	0
64	27855	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A3, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO	UND	70	40	0	0	0	30	0	0	0	0	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

65	21741	PLOTAGEM DE VEÍCULOS	M ²	30	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0
66	21742	PLOTAGEM DE VEÍCULOS tipo envelopamento completo	UND	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
67	27848	PLOTAGENS AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO AO IMPRESSÃO COLORIDA	UND	20	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0
68	27852	PLOTAGENS AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO AO, IMPRESSÃO PRETO	UND	20	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0
69	20650	PRAGUINHA	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
70	27846	PROVA DIAGNÓSTICA DA REDE - SONDAZEM	UND	4.800	4.800	0	0	0	0	0	0	0	0	0
71	6867	RECEITUÁRIO CONTROLADO B (chequinho com canhoto)	BLC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
72	6865	RECEITUÁRIO CONTROLADO ESPECIAL	BLC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
73	6866	RECEITUÁRIO MÉDICO	BLC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
74	6869	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
75	27847	SIMULADO AVALIAÇÕES EXTERNAS - PROJETOS IDEB POSITIVO -NÍVEL I	UND	4.000	4.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

76	21734	TALÃO AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO -	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
77	27856	TROFÉU EM ACRÍLICO TRANSPARENTE DE	UND	250	200	0	0	0	0	0	0	0	0	50
78	30048	ADESIVO VINIL METRO QUADRADO - ADESIVO VINIL METRO	M	1.049	0	4	0	0	100 0	16	0	12	17	
79	13089	APOSTILA 100 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, COLORIDA EM PAPEL A4	UND	1.075	1.075	0	0	0	0	0	0	0	0	0
80	30736	Placa de Nome de Rua (Alumínio)	UND	100	0	0	0	0	100	0	0	0	0	0

Órgãos Participantes:

Fundo Municipal de Saúde de Itabaianinha/Se - FMS – CNPJ nº: 11.261.188/0001-48;

Fundo Municipal de Assistência Social de Itabaianinha/Se - FMAS – CNPJ nº: 14.876.872/0001-22;

Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT – CNPJ nº: 12.755.884/0001-73

Item	Código	Produto/Serviço	Unid	QUANTIDADES		
				FMAS	FMS	SMTT
1	30048	ADESIVO VINIL METRO QUADRADO - ADESIVO VINIL METRO QUADRADO	M	22	15	0
2	13089	APOSTILA 100 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, COLORIDA EM PAPEL A4 -	UND	0	0	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

3	30736	Placa de Nome de Rua (Alumínio)	UND	0	0	0
4	4420	ADESIVO 0,08X0,08CM	UND	0	0	1400
5	21089	ADESIVO 1,75 x 0,59 m	UND	0	0	0
6	4417	ADESIVO 10X15 CM	UND	0	0	200
7	30746	ADESIVO EM FORMATO DE “JOINHA” (MÃO COM POLEGAR	UND	0	500	0
8	21090	ADESIVO REDONDO 0,20 X 0,20 m	UND	0	0	0
9	29720	AGENDA CAPA DURA PERSONALIZADA, TAMANHO: 21CM DE ALTURA POR 14CM DE LARGURA, MINIMO DE 199 PAGINAS	UND	0	0	0
10	27841	APOSTILA 50 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, PRETO E BRANCO EM PAPEL A4, COM ESPIRAL	UND	0	0	0
11	26430	AQUISIÇÃO DE PLACA DE HOMENAGEM EM ACRILICO	UND	20	0	0
12	30508	BANNER EM LONA – MADERITE	M ²	0	0	0
13	30506	BANNER EM METRO	M ²	0	0	70
14	21843	BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 4,00largx4,00malt	UND	0	0	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

15	26330	BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 6,00largx2,00malt	UND	0	0	0
16	21828	BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal 3,00mx2,0	UND	0	0	0
17	26466	BANNER LONADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, MEDINDO 9X3M	UND	0	0	0
18	30049	BANNER METRO QUADRADO	M ²	64	70	50
19	28449	BLOCO DE ANOTAÇOES, tamanho 15cm x 21cm, confeccionado em papel A4 branco, -	UND	0	0	0
20	440	BLOCO DE NOTAS PERSONALIZADO - 10 FOLHAS	UND	400	0	0
21	21817	BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL/BPA (CONSOLIDADO)	UND	0	1000	0
22	6859	BOLETIM DE REGISTRO DIÁRIO ANTI-VETORIAL	UND	0	13350	0
23	30734	Botton Personalizado	UND	0	0	0
24	29913	CADERNETA DE VACINAÇÃO ANIMAL -	UND	0	9000	0
25	6855	CADERNETA DE VACINAÇÃO -	UND	0	8000	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

26	27529	Cartão da criança em papel offset 180g, impressão 4x4, tamanho 72x19cm, dobrado em 5 partes	UND	0	2700	0
27	27530	Cartão da gestante em papel offset 180g, impressão 4x4, tamanho 7 2x19cm, dobrado em 5 partes	UND	0	2000	0
28	21714	CARTAZ confeccionado em papel couchê, medindo 45x30cm, impressão colorida	UND	70	0	100
29	20394	CARTAZ de divulgação, confeccionado em papel couche, tamanho 60 x 40- A2, impressão colorida	UND	0	0	0
30	13098	CERTIFICADO, confeccionado em papel linho com formato de 210 mm x 297mm, 4x4 cores, gramatura 180g	UND	0	0	0
31	23887	CONFECÇÃO CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR 43X43MM	UND	2	0	0
32	23844	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 20	UND	10	40	10



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

33	23843	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 40	UND	5	60	10
34	2968	CONFECÇÃO DE PAINEL - 4,5 X 0,60	UND	0	10	0
35	27845	CRACHÁ de identificação frontal. 6cm x 8. Colorido, em PVC, com alta resistência à quebra, à umidade e contra event	UND	0	230	0
36	13099	CRACHÁ de identificação frontal. Colorido, confeccionado em PVC, com alta resistência à quebra, à umidade e contra event	UND	0	0	10
37	21819	ENVELOPE PRONTUÁRIO, em ficha ouro 120g, impresso 1x1 tamanho ofício, colado nas laterais	UND	0	1000	0
38	4465	ETIQUETA DE ENTOMOLOGIA/DE NGUE -	UND	0	1500	0
39	30507	FAIXA EM METRO QUADRADO	M ²	20	35	100
40	29721	FAIXA, CONFECCIONADA EM LONA COM IMPRESSÃO POLICROMIA DIGITAL 4X0, MEDINDO 3,00MX0,70CM -	UND	0	0	0
41	4477	FICHA DE VISITA DOMICILIAR	UND	0	7500	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

42	13101	FOLDER A4, em papel couchê 20 x 30 cm, cores variadas. (Conforme modelo fornecido pela secretaria)	UND	4	2000	0
43	21837	IMPRESSÃO DE MÍDIA EXTERNA PARA OUTDOOR	UND	0	0	0
44	26331	IMPRESSÃO DE MÍDIA EXTERNA PARA OUTDOOR BANNER LONADO	UND	0	0	0
45	9939	LAUDO DE INSPEÇÃO bloco enumerado c/ 50 jogos de 4 vias (1^a via branca, 2^a via verde, 3^a via amarela, 4^a via rosa)	BLC	0	20	0
46	30735	PAINEL TIPO PLACA COM BANNER LONADO	UND	0	0	0
47	21733	PAINEL TIPO PLACA COM BANNER LONADO, medindo 5,00x1,30 m, com impressão digital 4x0 cores	UND	0	0	0
48	20230	PANFLETOS COUCHÊ 150G SEM VERNIZ 4X4 -	UND	0	0	0
49	21776	PANFLETOS med 15x21cm pacotes com 1.000 unidades	PCT	5	10	0
50	28450	Pasta com bolso, em triplex 250 76 250 g/m², 4 x 0 cores no formato 350 x 500 mm	UND	0	0	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

51	21735	PASTA EM PAPEL CARTÃO DUPLEX 300g, medindo 48cm x 33cm	UND	0	0	300
52	13081	PASTA, confeccionada em papel cartão duplex 400g, tamanho 53 cm x 34 cm, ma cor branca, com logomarca do aluno	UND	0	0	0
53	30755	PLACA - PROIBIDO JOGAR LIXO 40 X 20	UND	0	0	0
54	30754	PLACA - PROIBIDO JOGAR LIXO 60 X 40	UND	0	0	0
55	19104	PLACA EM ACRÍLICO 0,50mX 0,70m 4x0 cores -	UND	0	0	0
56	28073	PLACA MURAL EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM ESPESSURA DE 3 MM, MEDINDO 2M DE COMPRIMENTO E 1M DE ALTURA, IMPRESSÃO DIGITAL	UND	0	0	0
57	28087	PLACAS DE SINALIZAÇÃO, EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM ESPESSURA DE 3mm, MEDINDO 40 CM DE LARGURA POR 20 CM DE ALTURA	UND	0	0	0
58	29722	PLACAS EM MATERIAL PVC COM ESPESSURA DE 3MM, MEDINDO 1MX0,80CM, IMPRESSÃO	UND	0	0	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

59	27849	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A1, IMPRESSÃO COLORIDA	UND	0	0	0
60	27853	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A1, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO -	UND	0	0	0
61	27850	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A2, IMPRESSÃO COLORIDA	UND	0	0	0
62	27854	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A2, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO	UND	0	0	0
63	27851	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A3, IMPRESSÃO COLORIDA	UND	0	0	0
64	27855	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A3, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO	UND	0	0	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

65	21741	PLOTAGEM DE VEÍCULOS	M ²	30	40	24
66	21742	PLOTAGEM DE VEÍCULOS tipo envelopamento completo	UND	0	10	0
67	27848	PLOTAGENS AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO AO IMPRESSÃO COLORIDA	UND	0	0	0
68	27852	PLOTAGENS AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO AO, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO	UND	0	0	0
69	20650	PRAGUINHA	UND	5000	0	0
70	27846	PROVA DIAGNÓSTICA DA REDE - SONDAZEM	UND	0	0	0
71	6867	RECEITUÁRIO CONTROLADO B (chequinho com canhoto)	BLC	0	500	0
72	6865	RECEITUÁRIO CONTROLADO ESPECIAL	BLC	0	500	0
73	6866	RECEITUÁRIO MÉDICO	BLC	0	5000	0
74	6869	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA	UND	0	4000	0
75	27847	SIMULADO AVALIAÇÕES EXTERNAS - PROJETOS IDEB POSITIVO -NÍVEL I	UND	0	0	0



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

76	21734	TALÃO AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO -	UND	0	0	100
77	27856	TROFÉU EM ACRÍLICO TRANSPARENTE DE	UND	0	0	0
78	30048	ADESIVO VINIL METRO QUADRADO - ADESIVO VINIL METRO	M	8	5	0
79	13089	APOSTILA 100 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, COLORIDA EM PAPEL A4	UND	0	0	0
80	30736	Placa de Nome de Rua (Alumínio)	UND	0	0	0

1.2 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal; em não havendo participantes para a cota reservada, resultando deserta, esta poderá ser integrada à cota principal para efeitos de disputa. (Art. 11, §2º, Lei Municipal nº 1.082/2021).

1.3 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço. (Art. 11, §3º, Lei Municipal nº 1.082/2021).

1.4 Os quantitativos da Cota Reservada terão prioridade de aquisição/entrega, se não for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente. (Art. 11, §4º, Lei Municipal nº 1.082/2021).

1.5 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme estudo técnico preliminar.

1.6 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da mesma e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, na forma do Art. 22 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

1.3.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

1.7 A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

1.8 Deve-se conceder o direito de preferência de contratação aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte sediados local e regionalmente, conforme Lei Municipal nº 1.082/2021, assim estabelecido;

- a) Âmbito Local: sede e limites geográficos deste município
- b) Âmbito Regional: municípios de Arauá, Boquim, Cristinápolis, Pedrinhas, Riachão do Dantas, Santa Luzia do Itanhy, Tobias Barreto, Tomar do Geru e Umbaúba.

1.9 A existência de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local e regionalmente, foi constatada através de consulta ao sítio do SEBRAE, através do link <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas-11-05-2020/>.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, anexo ao processo.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

- I) **ID PCA no PNCP:** 13098181000182-0-000040/2025;
- II) **Data de publicação no PNCP:** 09/10/2024;
- III) **Id do item no PCA:** 4323, 4329, 4344, 4511, 4510, 4325, 4332, 4326, 4337, 4338, 4339, 4512, 4320, 4327, 4328, 4330, 4340, 4341, 4322, 4342, 4343, 4344, 4345, 4346, 4347, 4348, 4349, 4350, 4351, 4331, 4333, 4352.
- IV) **Classe/Grupo:** 3038 – Material gráfico e sinalização / 3907 serviços gráficos.
- V) **Identificador da Futura Contratação:** SD,s – 2780; 2783; 2784; 2785; 2789; 2797; 2808; 2821; 2822; 1337 – FMS; 632 – FMAS e 73 – SMTT.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, anexo ao processo e no item 1.0 deste.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis no que couber.

4.2 Os materiais deverão ser confeccionados com tecnologia de impressão moderna e apropriada para assegurar alta definição, fidelidade das cores e resistência física. A seleção de matérias-primas de qualidade, como papel couchê para folders e PVC laminado para crachás, visa garantir durabilidade e bom acabamento durante o uso.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

4.3 Os cordões, crachás, livros, apostilas, agendas, carimbos, bloco de anotações, plotagem de veículos, capas personalizadas e demais itens que venham ser licitados, devem possuir resistência mecânica adequada e impressão durável para evitar desgaste precoce.

4.4 Os banners, faixas e folders serão utilizados em eventos, campanhas internas e externas, proporcionando comunicação visual clara e impactante. Os crachás funcionais, com cordão personalizado, devem permitir a identificação segura e rápida dos servidores, facilitando o controle de acesso e a organização institucional. Os carimbos automáticos serão usados em processos administrativos rotineiros, demandando funcionalidade e longa vida útil do mecanismo auto entintado.

4.5 Considerando o uso constante, os materiais devem apresentar características que minimizem a necessidade de substituição frequente, como resistência a desgaste, exposição à luz e manuseio repetido. A empresa contratada deverá garantir a qualidade do produto durante o período de uso previsto e atender eventuais demandas de reposição, conforme venha a ser estabelecido em contrato.

4.6 O descarte dos materiais deverá seguir as normas ambientais vigentes, principalmente no que tange aos componentes plásticos e papel, visando minimizar impactos ambientais.

4.7 Os materiais deverão ser confeccionados e entregues na quantidade solicitada pela secretaria. Também devem ser entregues com antecedência mínima de 72h.

4.8 O local previsto, inicialmente, para recebimento da presente prestação, deve ser entregue em condições apropriadas para seu armazenamento e transporte, garantindo a integridade dos produtos. Devem ser transportados de forma adequada mantendo sua integridade até o endereço do fornecedor e do contratante.

4.9 O fornecimento se dará em caráter frequente e de forma parcelada, entretanto, não sendo contínuo, haja vista que a disponibilização dos materiais gráficos, sobretudo, os materiais supervenientes e, assim, não se tem como precisar, com exatidão.

4.10 Ademais, a empresa vencedora deverá atentar-se aos critérios de sustentabilidade no que couber.

Indicação de marcas ou modelos

4.11 Não se aplica para o objeto desta contratação.

Da exigência de amostra

4.12 Não se aplica para o objeto desta contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.13 Não se aplica.

Subcontratação

4.14 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



Garantia da contratação

4.15 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.15.1 **Primeiro**, não há complexidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

4.15.2 **Segundo**, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação;

4.15.3 **Terceiro**, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame

4.15.4 **Quarto**, a presente licitação é pelo sistema de registro de preços, desta feita será formalizada ata de registro de preços sendo que a forma de contratação será de acordo com os itens 4.17 e 5.1 deste Termo de Referência.

4.16 Das propostas:

4.16.1 Para cada item cotado deverá a licitante indicar (marca, modelo e/ou fabricante), afim de que se comprove o atendimento das especificações exigidas no Termo de Referência.

4.16.2 **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar que o licitante previamente classificado em primeiro lugar encaminhe, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, prospectos, catálogos, folhetos ou páginas da web contendo a imagem e as especificações dos produtos cotados, para auxiliar na análise das propostas, sob pena de não aceitação da proposta.**

4.16.2.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

4.16.2.2 Caso seja necessário, a Pregoeira suspenderá a sessão para análise e verificação da conformidade das propostas com os requisitos deste termo de referência, podendo para tanto, solicitar pareceres da Assessoria Jurídica, do Órgão Requisitante, entre outros, a fim de subsidiar sua decisão.

4.16.3 Os documentos comprobatórios, quando o(a) pregoeiro(a) solicitar comprovação de exequibilidade de preços são: notas fiscais de compras, contratos celebrados e executados com outros órgãos da Administração Pública, outros documentos que se achar necessário e as planilhas de custos contábeis, demonstrando que o valor ofertado para venda apresenta a incidência de todos os custos, impostos pertinentes à comercialização dos produtos e o lucro, para fins de comprovação da exequibilidade de seus preços.

4.17 Sistema de Registro de Preços

4.17.1 A adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços, justifica-se: 1- pela característica do objeto, haver necessidade de contratações frequentes; 2- por ser conveniente a aquisição os bens para entrega parceladas; 3 – por ser conveniente a aquisição para atendimento a mais de um órgãos integrante da Administração Pública; 4 - pela natureza do objeto, não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública, na forma do Art. 3º, incisos I, II, III e V do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

4.17.2 Não será permitida adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse em aderir ao registro de preços durante o período de divulgação da IRP – Intenção de Registro de Preços, conforme Art. 7º, inciso XI, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.



4.17.3 Os participantes do registro de preços são:

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Itabaianinha, CNPJ nº: 13.098.181/0001-82.

ÓRGÃOS PARTÍCIPES: São aqueles que após divulgação da Intenção de Registro de Preços aceitarem ser órgão partícipe.

4.17.4 A Contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio da emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/21 c/c Art. 34 do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023.

4.17.5 Os instrumentos de que trata o item 4.17.4 serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme parágrafo único do Art. 34 do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Fornecimento

5.1 O prazo de entrega dos bens é de **10 (dez) dias**, contados do(a) recebimento da ordem de fornecimento, de forma parcelada de acordo com as necessidades da contratante.

5.2 Visando a perfeita confecção dos materiais previstos neste Termo, o Órgão Solicitante dos materiais, emitirá ordem de fornecimento com as descrições e quantidades e disponibilizará à(s) licitante(s) vencedor(as) a arte do material gráfico a ser enviado via e-mail.

5.3 A confecção dos materiais personalizados estará condicionada a apresentação das provas de todos os itens em seu formato definitivo, para aprovação do Órgão Solicitante antes do fornecimento.

5.4 Os materiais devem ser entregues no **Almoxarifado Central Municipal**, localizado na **Rua Antenor Costa Vieira, nº 402**, Itabaianinha/Se. CEP 49290-000, pelo que o setor competente expedirá Ordem de fornecimento/empenho e encaminhará a fornecedora.

5.4.1 Os itens em que a instalação ou aplicação é por conta da contratada, deverá ser realizado agendamento com o setor de almoxarifado e/ou do órgão contratante, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis para marcar a data e horário para entrega e instalação/aplicação do material, as quais, deverão ocorrer no mesmo dia.

5.5 O horário de expediente do Almoxarifado Municipal é em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário das 08h:00 às 12h:00 e das 13h:00 às 17h:00, sendo que a entrega deve ser realizada dentro do horário de expediente.

5.6 Os materiais entregues devem estar em embalagens apropriadas, acondicionadas de modo adequado, garantindo a sua máxima proteção e integridade durante o armazenamento, transporte e entrega.

5.7 Os materiais entregues que não atenderem as especificações contidas neste documento, bem como apresentarem vícios de fabricação serão devolvidos mediante termo de devolução.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

5.8 O contratado deverá providenciar a substituição dos bens devolvidos no prazo máximo de 03 três dias, contados do termo de devolução expedido pela secretaria demandante, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas em contrato

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O contrato/Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Ata de Registro de Preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros, na forma do Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024.

Fiscalização

6.6 A execução do Contrato/Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designados, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico da Ata acompanhará a execução da Ata, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na Ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI, Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º)

6.8 O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços anotará no histórico de gerenciamento da Ata, todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021,



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

art. 117, §1º, Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II e Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º)

6.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da Ata de Registro de Preços emitirá notificações para a correção da execução do Ata de Registro de Preços, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III e Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º);

6.10 O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV e Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º).

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato/ARP nas datas aprazadas, o fiscal técnico da Ata de Registro de Preços comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato/ARP. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V e Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º).

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor de contratos/ARP, em tempo hábil, o término do contrato/ARP sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII e Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º).

Fiscalização Administrativa

6.13 O fiscal administrativo do contrato/ARP verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022 e Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º).

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato/ARP atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor De contratos para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV e Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º).

6.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato/ARP

6.16 O gestor do contrato/ARP coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Ata de Registro de Preços, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato/Ata de Registro de Preços para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV e Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º).

6.17 O gestor do contrato/ARP acompanhará os registros realizados pelos fiscais da Ata de Registro de Preços, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preço se as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II e Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º).

6.18 O gestor do Contrato/ARP acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstruem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III) e Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º.

6.19 O gestor do Contrato/ARP emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII e Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º).

6.20 O gestor do Contrato/ARP tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X e Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º).

6.21 O gestor do Contrato/ARP deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI e Decreto Municipal nº 157/2024/IN 001/2024, Art. 6º).

6.22 O gestor e/ou fiscal do Contrato/ARP deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.23 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá aos procedimentos de Gerenciamento de Ata de Registro de Preços estabelecidos na IN Municipal nº 001 de 11 de março de 2024.

7 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (dias) dias;

7.3 A aplicação das sanções previstas no Contrato/objeto não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante/Órgão (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

7.4 Todas as sanções previstas no Contrato/objeto poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21).

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante/Órgão ao Contratado/Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).

7.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante/Órgão;
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado/Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato/objeto ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado/Fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).
- 7.12. O Contratante/Órgão deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

- 7.14. Os débitos do contratado/fornecedor para com a Administração contratante/órgão, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado/fornecedor possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do objeto

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03(três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10(dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Ata de Registro de Preços.

Liquidação

8.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.9.1 o prazo de validade;
- 8.9.2 a data da emissão;
- 8.9.3 os dados da Ata de Registro de Preços e do órgão contratante;
- 8.9.4 o período respectivo de execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.9.5 o valor a pagar; e
- 8.9.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobreposta até que o contratado



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Ata de Registro de Preços, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.17 O fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços deverá apresentar junto a documentação para liquidação o registro próprio de fiscalização e quando necessário deverá apresentar as evidências pertinentes.

Prazo de pagamento

8.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instituição Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

Forma de pagamento

8.20 O pagamento será realizado parceladamente, no valor correspondente a(s) ordem(ns) de fornecimento comprovadamente atendidas, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.22.2 No ato do pagamento, o Município de Itabaianinha observará o disposto na Lei Municipal nº 962, de 09 de dezembro de 2016, e se couber, fará a cobrança da taxa de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o valor contratado, vedada a retenção na fonte.

8.22.3 Na realização do pagamento de pessoa física ou jurídica, referente a aquisição de qualquer serviço ou mercadoria, será realizada a retenção do Imposto de Renda observando os dispositivos estabelecidos no Decreto Municipal nº 414/2022.

8.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.24 Para fins de cumprimento da cronologia de pagamentos e do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle serão observados os art. 56 ao art. 63 da Instrução Normativa nº 001/2023, do município.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

9.2 O fornecimento do objeto será parcelado nos termos do item 5 deste termo de referência.

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

9.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou Contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

9.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11 Microempresa: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores e Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do ano em curso de acordo com o Art. 3º da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 e/ou declaração de enquadramento do porte da empresa conforme Art. 3º, da Lei Municipal nº 1.082/2021, pela qual, poderá ser utilizado o modelo do Anexo I deste Termo de Referência, onde se comprove seu enquadramento como microempresa;

9.12 Empresa de Pequeno Porte: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores e Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do ano em curso de acordo com o Art. 3º da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 e/ou declaração de enquadramento do porte da empresa conforme Art. 3º, da Lei Municipal nº 1.082/2021, pela qual, poderá ser utilizado o modelo do Anexo I deste Termo de Referência, onde se comprove seu enquadramento como empresa de pequeno porte;

9.13 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

- 9.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
9.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
9.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
9.20 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
9.21 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
9.22 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
9.23 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
9.24 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.25 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
9.26 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

- 9.27 **Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.**
9.28.1 O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
9.28.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando(s), quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
9.28.3 A documentação para comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), quando solicitado, será feita pelo pregoeiro, através do chat, e deve ser encaminha pelo licitante, via sistema, no prazo de 02(duas) horas, prorrogável mediante solicitação justificada.
9.29 As sociedades cooperativas, deve apresentar, além dos documentos acima especificados a seguinte documentação complementar:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

9.29.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.29.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.29.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.29.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.29.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.29.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.29.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.239.674,25 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)**.

10.2 Por se tratar de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

10.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Itabaianinha, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde e Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, tomada as cautelas de emissão de empenho prévio a cada necessidade de compra, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão no referido documento.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Os casos omissos neste Termo de Referência serão decididos pelo órgão contratante, com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis.

12.3. De forma subsidiária, poderão ser aplicadas as disposições da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e os princípios gerais dos contratos administrativos.

Itabaianinha (SE), 01 de dezembro de 2025.

JORDÃO ELIAS DE SANTANA
Responsável pela Confecção do TR



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025/PMI-SRP

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços

(Papel Timbrado da Empresa)

Razão Social:

Nome Fantasia:

CNPJ/CPF:

Enquadramento

MEI () ME () EPP ()

Optante pelo simples?

SIM () NÃO ()

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado:

CEP:

Fone:

E-MAIL:

Objeto: Registro de preços visando futuras contratação de empresa especializada para aquisição com fornecimento parcelado de Material Gráfico, incluindo a confecção e distribuição dos materiais, para atender necessidades dos órgãos públicos que fazem parte da estrutura administrativa do Município de Itabaianinha/SE.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	30048	ADESIVO VINIL METRO QUADRADO - ADESIVO VINIL METRO QUADRADO - IMPRESSÃO DIGITAL, CORES: 4X0 - COLORIDO FRENTE, MATERIAL: VINIL ADESIVO, REVESTIMENTO: Á PROVA D'ÁGUA. MATERIAL: ADESIVO BRILHO. ARTE PARA IMPRESSÃO E APLICAÇÃO POR CONTA DA EMPRESA, O LOCAL SERÁ INDICADO PELA SECRETARIA SOLICITANTE.	M	3.186	R\$ 83,89	R\$ 267.273,54
2	13089	APOSTILA 100 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, COLORIDA EM PAPEL A4 - APOSTILA 100 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, COLORIDA EM PAPEL A4, COM ESPIRAL, CAPA E CONTRACAPA DE ENCADERNAÇÃO.	UND	3.225	R\$ 30,33	R\$ 97.814,25
3	30736	Placa de Nome de Rua (Alumínio) - Material: Alumínio liso, espessura mínima de 1,5 mm, com pintura eletrostática ou anodização (anticorrosivo) Tamanho padrão: 40 x 20 cm (ou conforme norma	UND	300	R\$ 265,67	R\$ 79.701,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		<p>municipal) Cantos: Arredondados, sem rebarbas Impressão: Serigrafia ou adesivo vinílico com proteção UV (durabilidade mínima de 5 anos) Fundo: Azul (padrão), letras brancas (alto contraste) Fonte: Nome da rua em caixa alta, fonte tipo Helvética ou similar Texto adicional: Bairro, CEP ou região, em fonte menor Fixação: 4 furos (um em cada canto); pode incluir suporte ou abraçadeiras Opcional: Película refletiva, brasão do município, QR Cod e Normas: Deve seguir ABNT NBR 14644 (sinalização urbana)</p>				
4	4420	ADESIVO 0,08X0,08CM - ADESIVO, confeccinado em impressão digital retangular cores variadas med. 0,08x0,08cm (conforme modelo fornecido por cada secretaria)	UND	1.400	R\$ 0,50	R\$ 700,00
5	21089	ADESIVO 1,75 x 0,59 m - ADESIVO 1,75 x 0,59 m.	UND	100	R\$ 75,00	R\$ 7.500,00
6	4417	ADESIVO 10X15 CM - ADESIVO - para pasta em papel colante med. 10x15cm. Cores variadas (conforme modelo fornecido por cada secretaria.)	UND	200	R\$ 0,97	R\$ 194,00
7	30746	ADESIVO EM FORMATO DE “JOINHA” (MÃO COM POLEGAR LEVANTADO) - ADESIVO AUTOCOLANTE - IMPRESSÃO DIGITAL, COLORIDO FRENTE, MATERIAL: PAPEL ADESIVO DE ALTA QUALIDADE 115G, MEDINDO APROXIMADAMENTE 20X20CM, MODELO A SER FORNECIDO PELA CONTRATANTE.	UND	500	R\$ 2,91	R\$ 1.455,00
8	21090	ADESIVO REDONDO 0,20 X 0,20 m - ADESIVO REDONDO 0,20 X 0,20 m.	UND	100	R\$ 2,89	R\$ 289,00
9	29720	AGENDA CAPA DURA PERSONALIZADA, TAMANHO: 21CM DE ALTURA POR 14CM DE LARGURA, MINIMO DE 199 PAGINAS - Características mínimas: miolo em papel offset 75g branco; 01 dia por página/02 dias por folha; agenda anual; Capa dura com papel paraná revestido em adesivo para maior durabilidade; Arame Aerol; Conter os Calendários desta Rede de Ensino impressos em papel coché	UND	750	R\$ 45,79	R\$ 34.342,50



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		<p>brilho 120g (são 03 modalidades - 01 por folha); Conter uma página em papel cochê brilho 120g, sem impressão no verso, antes do início de cada mês, esta deverá ser com impressão colorida com informações deste município a serem passadas no momento do pedido; Conter uma folha para alimentação dos dados pessoais a exemplo de: nome, telefone, endereço, entre outros.</p> <p>OBSERVAÇÃO: Croqui da capa, modelo de folha/mês e folhas que separam os meses serão encaminhadas no momento do pedido. A empresa deverá produzir 01 modelo e encaminhar a esta secretaria para avaliação e autorização da reprodução do pedido como um todo.</p>				
10	27841	APOSTILA 50 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, PRETO E BRANCO EM PAPEL A4, COM ESPIRAL - APOSTILA 50 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, PRETO E BRANCO EM PAPEL A4, COM ESPIRAL, CAPA E CONTRACAPA DE ENCADERNAÇÃO.	UND	1.400	R\$ 22,33	R\$ 31.262,00
11	26430	AQUISIÇÃO DE PLACA DE HOMENAGEM EM ACRÍLICO - Aquisição de Placa de Homenagem confeccionada em acrílico com espessura de 2mm com plotagem de impressão digital em alta resolução, medindo 15x10cm.	UND	20	R\$ 30,57	R\$ 611,40
12	30508	BANNER EM LONA – MADERITE BANNER EM LONA – MADERITE: BANNER EM LONA VINIL 480GR, ACABAMENTO EM MADERITE NAS DUAS EXTREMIDADES E CORDÃO EM NYLON (METRO QUADRADO)	M ²	100	R\$ 68,70	R\$ 6.870,00
13	30506	BANNER EM METRO QUADRADO - BANNER METRO QUADRADO - IMPRESSÃO DIGITAL, CORES: 4X0 - COLORIDO FRENTE, MATERIAL: LONA 480G, ACABAMENTO: EM BASTÃO DE MADEIRA E PONTEIRAS PLÁSTICAS BRANCAS E	M ²	530	R\$ 68,12	R\$ 36.103,60



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		BARBANTE EM POLIPROPILENO PARA SUPORTE. REVESTIMENTO: BRILHO. MODELO E TAMANHO A SER FORNECIDO PELA CONTRATANTE				
14	21843	BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 4,00largx4,00malt - BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 4,00largx4,00malt, com impressão policromia digital 4x0 cores, com acabamento em ilhões na lona para fixação em toda a estrutura. OBS: O Banner deverá ser instalado pela contratada e quando da instalação do banner a estrutura deverá ficar interna não ficando a amostra (conforme modelo e imagem ilustrativa anexo).	UND	1	R\$ 1.320,00	R\$ 1.320,00
15	26330	BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 6,00largx2,00malt BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 6,00largx2,00malt, com impressão policromia digital 4x0 cores, com acabamento em ilhões na lona para fixação em toda a estrutura.	UND	2	R\$ 976,67	R\$ 1.953,34
16	21828	BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal 3,00mx2,0 - BANNER LONADO a ser instalado em estrutura de metal - medindo 3,00x2,0m, com impressão policromia digital 4x0 cores, com acabamento em ilhões na lona para fixação em toda a estrutura. OBS: O Banner deverá ser instalado pela contratada e quando da instalação do banner a estrutura deverá ficar interna não ficando a amostra (conforme modelo e imagem ilustrativa anexo).	UND	2	R\$ 510,83	R\$ 1.021,66
17	26466	BANNER LONADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, MEDINDO 9X3M - BANNER LONADO COM IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 (COR) MEDINDO 9X3M COM ACABAMENTO EM ILHOES	UND	1	R\$ 2.046,92	R\$ 2.046,92
18	30049	BANNER METRO QUADRADO BANNER METRO QUADRADO - IMPRESSÃO DIGITAL, CORES:	M ²	545,8	R\$ 77,46	R\$ 42.277,67



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		4X0 - COLORIDO FRENTE, MATERIAL: LONA 380G, ACABAMENTO: ILHOES, APROXIMADAMENTE 6 EM CADA M2. REVESTIMENTO: BRILHO. ARTE PARA IMPRESSÃO E APLICAÇÃO POR CONTA DA EMPRESA, O LOCAL SERÁ INDICADO PELA SECRETARIA SOLICITANTE				
19	28449	BLOCO DE ANOTAÇOES, tamanho 15cm x 21cm, confeccionado em papel A4 branco, - BLOCO DE ANOTAÇOES, tamanho 15cm x 21cm, confeccionado em papel A4 branco, com imagem de impressão 4x4 cores na capa e contracapa com 10 folhas em cada bloco com marca d'água do slogan do evento.	UND	1.400	R\$ 4,21	R\$ 5.894,00
20	440	BLOCO DE NOTAS PERSONALIZADO - 10 FOLHAS BLOCO COM 10 FOLHAS EM PAPEL SULFITE BRANCO MEDINDO 8CMX13CM CADA, COM CAPA E CONTRACAPA EM PAPEL CARTÃO 180G COM IMPRESSÃO 4X0 CORES, CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE	UND	400	R\$ 3,94	R\$ 1.576,00
21	21817	BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL/BPA (CONSOLIDADO) - BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL/BPA (CONSOLIDADO), papel OFFSET 75g, tamanho A4 com o timbre e o logotipo oficial na cor preto e branco	UND	1.000	R\$ 0,35	R\$ 350,00
22	6859	BOLETIM DE REGISTRO DIÁRIO ANTI-VETORIAL boletim de registro diário anti-vetorial - dengue, papel offset 75g tamanho A4, com timbre e o logotipo oficial na cor preto e branco	UND	13.350	R\$ 0,40	R\$ 5.340,00
23	30734	Botton Personalizado - Botton redondo personalizado com impressão colorida. Descrição do Produto Formato: Redondo Diâmetro: 3,5 cm (padrão) ou conforme solicitado no editoral Material da Base: Metal (aço ou alumínio com pintura epóxi branca ou similar)Acabamento: Película plástica	UND	8.000	R\$ 1,07	R\$ 8.560,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		protetora brilhante (mylar) sobre a arte Fixação: Alfinete de segurança na parte traseira impressão: Colorida (4x0), em papel couchê de alta gramatura (mínimo 115g/m ²)Resolução da Arte: Impressão em alta resolução (mínimo 300 dpi), sem pixelização Personalização: Arte fornecida pela contratante (poderá haver mais de um modelo conforme necessidade)Durabilidade: Resistência a umidade e pequenos riscos Embalagem: Acondicionado em sacos plásticos transparentes, com 50 unidades por embalagem (ou conforme orientações da contratante)Prazo de Entrega: [Definir o prazo, por exemplo: até 10 dias corridos após a aprovação da arte]				
24	29913	CADERNETA DE VACINAÇÃO ANIMAL - CADERNETA DE VACINAÇÃO ANIMAL, papel OFFSET 180g, tamanho 10X15 cm, com o timbre e o logotipo oficial do município, impressão preto e branco - frente e verso.	UND	9.000	R\$ 0,55	R\$ 4.950,00
25	6855	CADERNETA DE VACINAÇÃO - CADERNETA DE VACINAÇÃO papel OFFSET 180g, tamanho 7,28cm, com o timbre e o logotipo oficial em preto e branco - frente	UND	8.000	R\$ 0,89	R\$ 7.120,00
26	27529	Cartão da criança em papel offset 180g, impressão 4x4, tamanho 72x19cm, dobrado em 5 partes - Cartão da criança em papel offset 180g, impressão 4x4, tamanho 72x19cm, dobrado em 5 partes.	UND	2.700	R\$ 4,23	R\$ 11.421,00
27	27530	Cartão da gestante em papel offset 180g, impressão 4x4, tamanho 7 2x19cm, dobrado em 5 partes - Cartão da gestante em papel offset 180g, impressão 4x4, tamanho 7 2x19cm, dobrado em 5 partes.	UND	2.000	R\$ 4,33	R\$ 8.660,00
28	21714	CARTAZ confeccionado em papel couchê, medindo 45x30cm, impressão colorida - CARTAZ, confeccionado em papel couchê com gramatura de 120 gramas medindo 45x30cm, impressão colorida. Com arte conforme solicitação a ser apresentada pela contratante.	UND	170	R\$ 2,00	R\$ 340,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

29	20394	CARTAZ de divulgação, confeccionado em papel couche, tamanho 60 x 40- A2, impressão colorida - CARTAZ de divulgação, confeccionado em papel couche, tamanho 60 x 40- A2, impressão colorida	UND	660	R\$ 6,63	R\$ 4.375,80
30	13098	CERTIFICADO, confeccionado em papel linho com formato de 210 mm x 297mm, 4x4 cores, gramatura 180g - CERTIFICADO, confeccionado em papel linho com formato de 210 mm x 297mm, 4x4 cores, gramatura 180g.	UND	2.600	R\$ 1,88	R\$ 4.888,00
31	23887	CONFECÇÃO CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR 43X43MM - CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR 43X43MM, material corpo plástico, tipo automático, auto-entitado, design comum e padrão com borracha personalizada de acordo com o(s) modelo(s) fornecidos pela contratante.	UND	2	R\$ 76,91	R\$ 153,82
32	23844	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 20 CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 20 - material corpo plástico, tipo automático, auto-entitado, design comum e padrão com borracha personalizada de acordo com o(s) modelo(s) fornecidos pela contratante	UND	105	R\$ 62,62	R\$ 6.575,10
33	23843	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 40 CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 40, material corpo plástico, tipo automático, auto-entitado, design comum e padrão com borracha personalizada de acordo com o(s) modelo(s) fornecidos pela contratante.	UND	125	R\$ 65,82	R\$ 8.227,50
34	2968	CONFECÇÃO DE PAINEL - 4,5 X 0,60 MATERIAL: ESTRUTURA METÁLICA E LONA DE IMPRESSÃO DIGITAL; TAMANHO: 4,5 X 0,60 METROS.	UND	10	R\$ 472,00	R\$ 4.720,00
35	27845	CRACHÁ de identificação frontal. 6cm x 8. Colorido, em PVC, com alta resistência à quebra, à umidade e contra event - CRACHÁ de identificação frontal. Colorido, confeccionado em PVC, com alta resistência à quebra, à umidade e contra eventual deslocamento.	UND	580	R\$ 11,87	R\$ 6.884,60



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		Medindo 6cm x 8. Conforme o modelo enviado pela Secretaria. Características adicionais: deverá vir com cordão 100% poliéster sublimado de acordo com croqui apresentado e com presilha.				
36	13099	CRACHÁ de identificação frontal. Colorido, confeccionado em PVC, com alta resistência à quebra, à umidade e contra event - CRACHÁ de identificação frontal. Colorido, confeccionado em PVC, com alta resistência à quebra, à umidade e contra eventual deslocamento. Medindo 5cm x 6,5. Conforme o modelo enviado pela Secretaria. Características adicionais: deverá vim com cordão 100% poliéster na cor azul marinho e com presilha.	UND	10	R\$ 9,83	R\$ 98,30
37	21819	ENVELOPE PRONTUÁRIO, em ficha ouro 120g, impresso 1x1 tamanho ofício, colado nas laterais - ENVELOPE PRONTUÁRIO, em ficha ouro 120g, impresso 1x1 tamanho ofício, colado nas laterais.	UND	1.000	R\$ 0,32	R\$ 320,00
38	4465	ETIQUETA DE ENTOMOLOGIA/DENGUE - ETIQUETA DE ENTOMOLOGIA/DENGUE - papel OFFSET 75g, tamanho 6 x 6 cm, de acordo com modelo.	UND	1.500	R\$ 5,65	R\$ 8.475,00
39	30507	FAIXA EM METRO QUADRADO FAIXA METRO QUADRADO - IMPRESSÃO DIGITAL, CORES: 4X0 - COLORIDO FRENTE, MATERIAL: LONA 480G, ACABAMENTO: EM BASTÃO DE MADEIRA E PONTEIRAS PLÁSTICAS BRANCAS. REVESTIMENTO: BRILHO. MODELO E TAMANHO A SER FORNECIDO PELA CONTRATANTE.	M ²	535	R\$ 83,25	R\$ 44.538,75
40	29721	FAIXA, CONFECCIONADA EM LONA COM IMPRESSÃO POLICROMIA DIGITAL 4X0, MEDINDO 3,00MX0,70CM - FAIXA, CONFECCIONADA EM LONA COM IMPRESSÃO POLICROMIA DIGITAL 4X0, MEDINDO 3,00X0,70CM COM ACABAMENTO EM METALON GALVANIZADO 20X20, CHAPA 22, CONFORME MODELO A SER	UND	50	R\$ 376,00	R\$ 18.800,00



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		FORNECIDO PELA CONTRATANTE.				
41	4477	FICHA DE VISITA DOMICILIAR FICHA DE VISITA DOMICILIAR - Campanha de Controle das Endemias, papel OFFSET 75g, tamanho 1/4, com o timbre e o logotipo oficial na cor preto e branco.	UND	7.500	R\$ 5,28	R\$ 39.600,00
42	13101	FOLDER A4, em papel couchê 20 x 30 cm, cores variadas. (Conforme modelo fornecido pela secretaria) - FOLDER A4, em papel couchê 20 x 30 cm, cores variadas. (Conforme modelo fornecido pela secretaria)	UND	4.804	R\$ 1,93	R\$ 9.271,72
43	21837	IMPRESSÃO DE MÍDIA EXTERNA PARA OUTDOOR - Impressão de mídia externa para outdoor, medindo 9m x3m em papel couchê 90g impressão 4x0 cores, com aplicação inclusa.	UND	1	R\$ 607,50	R\$ 607,50
44	26331	IMPRESSÃO DE MÍDIA EXTERNA PARA OUTDOOR BANNER LONADO - Outdoor banner lonado a ser instalado em estrutura de metal, medindo 9m x3m, com impressão policromia digital 4x0 cores, com acabamento em ilhões, na lona para fixação em toda estrutura.	UND	1	R\$ 2.065,00	R\$ 2.065,00
45	9939	LAUDO DE INSPEÇÃO bloco enumerado c/ 50 jogos de 4 vias (1 ^a via branca, 2 ^a via verde, 3 ^a via amarela, 4 ^a via rosa) - LAUDO DE INSPEÇÃO - papel offset 75g, com timbre e logotipo oficial em preto e branco, bloco enumerado c/ 50 jogos de 4 vias (1 ^a via branca, 2 ^a via verde, 3 ^a via amarela, 4 ^a via rosa). Enumerar a partir do número 3100. Conforme layout fornecido pela Secretaria Municipal da Saúde.	BLC	20	R\$ 38,17	R\$ 763,40
46	30735	PAINEL TIPO PLACA COM BANNER LONADO Medindo 2m x1,50m com estrutura em metalon 30x20 mm, banner confeccionado em lona com impressão policromia digital 4x0 cores, com ilhões na lona para fixação em toda a estrutura.	UND	1	R\$ 481,25	R\$ 481,25
47	21733	PAINEL TIPO PLACA COM BANNER LONADO, medindo 5,00x1,30 m, com impressão digital 4x0 cores - PAINEL TIPO PLACA COM BANNER LONADO medindo 5,00x1,30 m com estrutura em metalon 30x20 mm, banner confeccionado	UND	1	R\$ 1.096,67	R\$ 1.096,67



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		em lona com impressão policromia digital 4x0 cores, com ilhoses na lona para fixação em toda a estrutura. OBS: O Painel com o banner deverá ser instalado pela contratada em local a ser indicado pela contratante no Município de Itabaianinha e quando da instalação do banner a estrutura deverá ficar interna não ficando a amostra. (conforme modelo em anexo).				
48	20230	PANFLETOS COUCHÉ 150G SEM VERNIZ 4X4 - PANFLETOS COUCHÉ 150G SEM VERNIZ 4X4, PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM APLICATIVO DA SALA DO EMPREENDEDOR JOSÉ BORGES NETO.	UND	2.841	R\$ 0,57	R\$ 1.619,37
49	21776	PANFLETOS med 15x21cm pacotes com 1.000 unidades - PANFLETOS, em papel comum. Impressão 4x4 cores variadas med. 15x21cm, pacotes com 1.000 unidades. (conforme modelo em anexo).	PCT	30	R\$ 307,50	R\$ 9.225,00
50	28450	Pasta com bolso, em triplex 250 76 250 g/m², 4 x 0 cores no formato 350 x 500 mm - Pasta com bolso, em triplex 250 76 250 g/m², 4 x 0 cores no formato 350 x 500 mm	UND	1.400	R\$ 3,38	R\$ 4.732,00
51	21735	PASTA EM PAPEL CARTÃO DUPLEX 300g, medindo 48cm x 33cm - PASTA, confeccionada em papel cartão duplex 300g, tamanho 48cmx33cm, na cor branca, impressão monocromático 1x0, conforme modelo a ser fornecido pela contratante.	UND	300	R\$ 2,77	R\$ 831,00
52	13081	PASTA, confeccionada em papel cartão duplex 400g, tamanho 53 cm x 34 cm, ma cor branca, com logomarca do aluno - PASTA, confeccionada em papel cartão duplex 400g, tamanho 53 cm x 34 cm, ma cor branca, com logomarca do aluno, (conforme modelo em anexo)	UND	10.500	R\$ 3,45	R\$ 36.225,00
53	30755	PLACA - PROIBIDO JOGAR LIXO 40 X 20 - Dimensões: 40 x 20cm Material: PVC expandido, 2 ou 3 mm de espessura Fundo: Branco Texto: "PROIBIDO JOGAR LIXO", em letras maiúsculas. Fonte: Arial Black ou similar, na cor vermelha ou preta Centralizado, com alta visibilidade. Símbolo: Ícone de proibição (lixo sendo jogado + círculo vermelho com faixa), padrão ISO	UND	50	R\$ 29,18	R\$ 1.459,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		.Rodapé institucional: Nome da Secretaria Municipal de Obras e Prefeitura .Opcional: brasão ou logotipo oficial.					
54	30754	PLACA - PROIBIDO JOGAR LIXO 60 X 40 - Dimensões: 60 x 40 cm Material: PVC expandido, 2 ou 3 mm de espessura Fundo: Branco Texto: "PROIBIDO JOGAR LIXO", em letras maiúsculas Fonte: Arial Black ou similar, na cor vermelha ou preta Centralizado, com alta visibilidade Símbolo: Ícone de proibição (lixo sendo jogado + círculo vermelho com faixa), padrão ISO Rodapé institucional: Nome da Secretaria Municipal de Obras e Prefeitura Opcional: brasão ou logotipo oficial.	UND	50	R\$ 42,00	R\$ 2.100,00	
55	19104	PLACA EM ACRÍLICO 0,50mX 0,70m 4x0 cores - PLACA confecionada em acrílico com dimensões 0,50m larg. x 0,70m de alt. plotada em adesivo de impressão digital 4x0 cores para confecção das placas da Licença Ambiental e outros.	UND	30	R\$ 118,33	R\$ 3.549,90	
56	28073	PLACA MURAL EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM ESPESSURA DE 3 MM, MEDINDO 2M DE COMPRIMENTO E 1M DE ALTURA, IMPRESSÃO DIGITAL - PLACA MURAL EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM ESPESSURA DE 3 MM, MEDINDO 2M DE COMPRIMENTO E 1M DE ALTURA, IMPRESSÃO DIGITAL 4x0, COM 10 PORTA-AVISO SOBREPOSTO EM MATERIAL ACRÍLICO TRANSPARENTE MEDINDO 21,5 CM X 30CM. A PLACA DEVERÁ SER INSTALADA COM PROLONGADORES CROMADOS. (CONFORME LAYOUT EM ANEXO) OBS: A SER INSTALADA PELA CONTRATADA.	UND	5	R\$ 1.600,00	R\$ 8.000,00	
57	28087	PLACAS DE SINALIZAÇÃO, EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM ESPESSURA DE 3mm, MEDINDO 40 CM DE LARGURA POR 20 CM DE ALTURA - PLACAS DE SINALIZAÇÃO, EM	UND	51	R\$ 51,67	R\$ 2.635,17	



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		ACRÍLICO TRANSPARENTE COM ESPESSURA DE 3mm, MEDINDO 40 CM DE LARGURA POR 20 CM DE ALTURA, IMPRESSÃO DIGITAL 4X0, COM PORTA-AVISO SOBREPOSTO MEDINDO 21 CM DE LARGURA E 11CM DE ALTURA. A SER INSTALADA COM FITA ADESIVA. (CONFORME LAYOUT EM ANEXO). OBS: A SER INSTALADA PELA CONTRATADA				
58	29722	PLACAS EM MATERIAL PVC COM ESPESSURA DE 3MM, MEDINDO 1MX0,80CM, IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 - PLACAS EM MATERIAL PVC COM ESPESSURA DE 3MM, MEDINDO 1MX0,80CM, IMPRESSÃO DIGITAL 4X0	UND	105	R\$ 251,67	R\$ 26.425,35
59	27849	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A1, IMPRESSÃO COLORIDA PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO COLORIDA, TAMANHO A1	UND	60	R\$ 24,60	R\$ 1.476,00
60	27853	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A1, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO, TAMANHO A1	UND	60	R\$ 9,85	R\$ 591,00
61	27850	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A2, IMPRESSÃO COLORIDA - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO COLORIDA, TAMANHO A2	UND	60	R\$ 12,49	R\$ 749,40
62	27854	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A2, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO, TAMANHO A2	UND	30	R\$ 7,17	R\$ 215,10
63	27851	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A3, IMPRESSÃO COLORIDA - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO COLORIDA, TAMANHO A3	UND	70	R\$ 6,53	R\$ 457,10



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

64	27855	PLOTAGEM AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A3, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO, TAMANHO A3	UND	70	R\$ 20,33	R\$ 1.423,10
65	21741	PLOTAGEM DE VEÍCULOS Plotagem de veículos com adesivo vinil com impressão policromia digital 4x0 cores (com aplicação inclusa), conforme modelos a ser apresentados pela contratante	M ²	124	R\$ 271,31	R\$ 33.642,44
66	21742	PLOTAGEM DE VEÍCULOS tipo envelopamento completo - Plotagem do tipo envelopamento completo do veículo (sedan, hatch ou pick up) com adesivo vinil com impressão policromia digital 4x0 cores (com aplicação inclusa), conforme modelos a ser apresentados pela contratante.	UND	15	R\$ 2.345,00	R\$ 35.175,00
67	27848	PLOTAGENS AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A0, IMPRESSÃO COLORIDA - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO COLORIDA, TAMANHO A0	UND	20	R\$ 20,53	R\$ 410,60
68	27852	PLOTAGENS AUTOCAD DE PROJETOS DE ENGENHARIA TAMANHO A0, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO - PAPEL SULFITE, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO, TAMANHO A0	UND	20	R\$ 18,40	R\$ 368,00
69	20650	PRAGUINHA ADESIVA PRAGUINHAS, confeccionadas em papel couchê autocolante com brilho 80g, medindo 0,68x0,68cm 4x0 cores. (conforme modelo fornecido pela secretaria)	UND	5.000	R\$ 0,19	R\$ 950,00
70	27846	PROVA DIAGNÓSTICA DA REDE - SONDAZEM - PROVA DIAGNÓSTICA DA REDE - prova composta por 02 (duas) folhas, com impressão frente e verso, impressão colorida, papel A4.	UND	4.800	R\$ 1,50	R\$ 7.200,00
71	6867	RECEITUÁRIO CONTROLADO B (chequinho com canhoto) - receituário controlado b, (chequinho com canhoto) papel offset 75g, tamanho 27x10cm, bloco com 20 folhas.	BLC	500	R\$ 1,38	R\$ 690,00
72	6865	RECEITUÁRIO CONTROLADO ESPECIAL - RECEITUARIO CONTROLADO Especial, papel offset	BLC	500	R\$ 7,57	R\$ 3.785,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		75g, tamanho 1/5 ofício, com duas vias (1 ^a via branca e 2 ^a via azul carbonada), 50 jogos de 2 vias.				
73	6866	RECEITUÁRIO MÉDICO - receituário médico, papel offset 75g, tamanho 1/2 ofício com o timbre e o logotipo oficial na cor preto e branco, bloco com 100 folhas.	BLC	5.000	R\$ 8,11	R\$ 40.550,00
74	6869	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA - requisição de mamografia, papel offset 75g, tamanho A4, com o timbre e o logotipo oficial na cor preto e branco, frente e verso.	UND	4.000	R\$ 0,40	R\$ 1.600,00
75	27847	SIMULADO AVALIAÇÕES EXTERNAS - PROJETOS IDEB POSITIVO -NÍVEL I - DOCUMENTO COMPOSTO POR 05 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, PRETO E BRANCO, PAPEL A4, COLECIONADO EM ORDEM CRESCENTE DO NÚMERO DA PÁGINA E GRAMPEADO.	UND	4.000	R\$ 1,85	R\$ 7.400,00
76	21734	TALÃO AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - TALÃO AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, medindo 11,5 cm larg x 23 cm compr, papel autocopiativo, gramatura 75g, bloco enumerado c/ 50 jogos de 3 vias (1 ^a via branca, 2 ^a via verde, 3 ^a via amarela), com destacamento serrilhado, conforme modelo em anexo.	UND	100	R\$ 26,00	R\$ 2.600,00
77	27856	TROFÉU EM ACRÍLICO TRANSPARENTE DE 1CM DE ESPESSURA - Troféu em Acrílico TRANSPARENTE com as medições abaixo: Placa: Altura 24cm, Largura 12 cm e Espessura 10mm. cm e Espessura 10mm, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO FEITA DIRETAMENTE NO ACRÍLICO (NÃO COLOCAR ADESIVO) CONTENDO TARJA SOBRESALENTE EM MATERIAL ESPELHO COM IMPRESSÃO DOURADA (CONFORME MODELO A SER ENVIADO PELA CONTRATANTE).	UND	250	R\$ 105,75	R\$ 26.437,50
78*	30048	ADESIVO VINIL METRO QUADRADO - ADESIVO VINIL METRO QUADRADO -	M	1.062	R\$ 83,89	R\$ 89.091,18



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

		IMPRESSÃO DIGITAL, CORES: 4X0 - COLORIDO FRENTE, MATERIAL: VINIL ADESIVO, REVESTIMENTO: Á PROVA D'ÁGUA. MATERIAL: ADESIVO BRILHO. ARTE PARA IMPRESSÃO E APLICAÇÃO POR CONTA DA EMPRESA, O LOCAL SERÁ INDICADO PELA SECRETARIA SOLICITANTE.				
79*	13089	APOSTILA 100 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, COLORIDA EM PAPEL A4 - APOSTILA 100 FOLHAS, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 21X29 CM, COLORIDA EM PAPEL A4, COM ESPIRAL, CAPA E CONTRACAPA DE ENCADERNAÇÃO.	UND	1.075	R\$ 30,33	R\$ 32.604,75
80*	30736	Placa de Nome de Rua (Alumínio) - Material: Alumínio liso, espessura mínima de 1,5 mm, com pintura eletrostática ou anodização (anticorrosivo)Tamanho padrão: 40 x 20 cm (ou conforme norma municipal)Cantos: Arredondados, sem rebarbas Impressão: Serigrafia ou adesivo vinílico com proteção UV (durabilidade mínima de 5 anos)Fundo: Azul (padrão), letras brancas (alto contraste)Fonte: Nome da rua em caixa alta, fonte tipo Helvética ou similar Texto adicional: Bairro, CEP ou região, em fonte menor Fixação: 4 furos (um em cada canto); pode incluir suporte ou abraçadeiras Opcional: Película refletiva, brasão do município, QR Cod e Normas: Deve seguir ABNT NBR 14644 (sinalização urbana)	UND	100	R\$ 265,67	R\$ 26.567,00

* Cota de até 25% reservada para concorrência entre empresas EPP/ME (Lei Complementar nº 147, de 2014).

Prazo de Validade da Proposta: * mínimo 60 (sessenta) dias

Prazo de Fornecimento e Condições

DECLARO ter conhecimento e estar apta a fornecer o objeto nas condições definidas no **Termo de Referência**, após o recebimento da autorização.

DECLARO que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

DECLARO que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, transporte ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

DECLARO que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DECLARO ter conhecimento que a Prefeitura Municipal de Itabaianinha efetuará, no ato do pagamento, a cobrança da taxa de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o valor contratado, conforme disposto na Lei Municipal nº 962, de 09 de dezembro de 2016.

DECLARO ter conhecimento que a Prefeitura Municipal de Itabaianinha reterá, na fonte, o valor correspondente ao imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ), conforme disposto no Decreto Municipal nº 414/2022.

DECLARO que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

DECLARO que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

DECLARO que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

DECLARO que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

DECLARO que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Conta Corrente nº:

Agencia nº:

Nome completo do responsável legal da empresa:

CPF:

RG:

Local e data:

Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal
Qualificação na Empresa



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025/PMI-SRP

ANEXO III – Documentos Necessários para Habilitação

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/21, legislação correlata e **nos itens 5.6 e 9.1** deste Edital.

A habilitação da licitante consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2. Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; ou

1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou Contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020; ou

1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz; ou

1.8. Microempresa: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores e Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do ano em curso de acordo com o Art. 3º da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 e/ou declaração de enquadramento do porte da empresa conforme Art. 3º, da Lei Municipal nº 1.082/2021, pela qual, poderá ser utilizado o modelo do Anexo I deste Termo de Referência, onde se comprove seu enquadramento como microempresa; ou



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

1.9. Empresa de Pequeno Porte: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores e Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do ano em curso de acordo com o Art. 3º da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 e/ou declaração de enquadramento do porte da empresa conforme Art. 3º, da Lei Municipal nº 1.082/2021, pela qual, poderá ser utilizado o modelo do Anexo I deste Termo de Referência, onde se comprove seu enquadramento como empresa de pequeno porte; ou

1.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.12. Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do seu domicílio, atestando a situação da empresa, na forma do artigo 3º da Instrução Normativa nº 36 de 02 de março de 2017, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, **emitida no ano em curso**, a fim que se verifique que a empresa cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando assim apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

1.12.1. A comprovação de MEI (Microempreendedor Individual) se dará mediante apresentação do Certificado de MEI (CCMEI) emitido pelo Portal do Empreendedor no endereço eletrônico <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/ja-sou/servicos/emitir-certificado-cnpj-ccmei/certificado-cnpj>.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso (**emitido preferencialmente nos últimos 30 dias**);

2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da **Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014**, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**;

2.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

2.8. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

Disposições sobre Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

Nos termos da legislação vigente, **caso o fornecedor seja isento do recolhimento de tributos estaduais ou municipais** relacionados ao objeto contratual, a comprovação dessa condição deverá ser realizada mediante a apresentação de declaração expedida pelo órgão fazendário competente da unidade federativa de seu domicílio ou sede, ou outro documento equivalente, conforme previsto na legislação aplicável.

Em atendimento ao **art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006**, eventual restrição na comprovação da **Regularidade Fiscal, Social ou Trabalhista** não impedirá a contratação de Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), sendo-lhes assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da declaração do licitante como vencedor do certame, para promover a regularização da documentação, realizar o pagamento ou parcelamento do débito e obter as certidões negativas ou positivas com efeito de negativa. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, **mediante solicitação justificada do interessado**.

A não regularização da documentação no prazo estabelecido **resultará na decadência do direito à contratação**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no **§5º do art. 89 da Lei nº 14.133/2021**. Nessa hipótese, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou adotar as providências necessárias para revogação do certame.

O tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 é aplicável exclusivamente à exigência de **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**, nos termos do **art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006** e do **art. 62, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**. Ressalta-se que não há extensão desse benefício para as exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica ou Qualificação Econômico-Financeira, sendo necessário o cumprimento integral dos requisitos editalícios para esses aspectos.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, **por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado**, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

4.1.1. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.1.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando(s), quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.1.3. A documentação para comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), quando solicitado, será feita pela pregoeira, através do chat, e deve ser encaminhada pelo licitante, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável mediante solicitação justificada

Observações:

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025/PMI-SRP

ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2025/PMI

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANINHA/SE**, com sede à Praça Floriano Peixoto, nº 27, 1º Andar, CEP. 49.290-000, Bairro Centro, nesta cidade de Itabaianinha, Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.098.181/0001-82, neste ato representado pelo seu Prefeito, o **Sr. ERALDO MOREIRA DOS SANTOS**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/2025**, publicada no **Diário Oficial do Município de ____/____/2025**, **Processo Administrativo nº XXX/2025**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 407, de 13 de novembro de 2025, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços visando futuras contratação de empresa especializada para aquisição com fornecimento parcelado de Material Gráfico, incluindo a confecção e distribuição dos materiais, para atender necessidades dos órgãos públicos que fazem parte da estrutura administrativa do Município de Itabaianinha/SE**, conforme especificado no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do **Edital de Licitação nº XXX/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada a Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, CEP. XX.XXX-XXX, Bairro XXXXXXXXXX, Município de XXXXXXXXXXXXXXX, Estado de XXXXXXXXXXXXXXX, Telefone de Contato XXXXXXXXXXXXXXXXXX, E-mail XXXXXXXXXX@XXXX, neste ato representado por seu XXXXXXXXXXXXXXX, o **Sr(a) XXXXXXXXXXXXXXXXX**.

Item	Cod	Descrição	Und	Qtd	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1						R\$	R\$
2						R\$	R\$
3						R\$	R\$
4						R\$	R\$

2.2. A listagem dos fornecedores que aceitaram compor o cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANINHA**, com sede à Praça Floriano Peixoto, nº 27, 1º Andar, Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49.290-000



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

Itabaianinha, Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.098.181/0001-82, neste ato representado pelo seu Prefeito, o **Sr. ERALDO MOREIRA DOS SANTOS**.

3.1.1. Os itens e o quantitativo dos itens licitados pelo órgão gerenciador está detalhadamente apresentado na forma da tabela a seguir:

Item	Cod	Descrição	Und	Qty Total	Quant por secretaria
1					
2					
3					
4					

3.2. Além do Órgão Gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.2.1. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITABAIANINHA, com sede à Rua Benício Freire, nº 189, CEP. 49.290-000, Bairro Centro, nesta cidade de Itabaianinha, Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.261.188/0001-48, neste ato representado pelo seu Secretário Municipal de Saúde, o **Sr. WILLIAMS SEVERO DOS SANTOS**.

3.2.2. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO, com sede à Rua do Bomfim, nº 43, CEP. 49.290-000, Bairro Centro, nesta cidade de Itabaianinha, Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.872/0001-22, neste ato representado pela sua Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho, a **Sra. EDIMÁRIA DA FONSECA LIMA SANTOS**.

3.2.3. SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE ITABAIANINHA, com sede à Rua Benjamim Constant, nº 126, CEP. 49.290-000, Bairro Centro, nesta cidade de Itabaianinha, Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.755.884/0001-73, neste ato representado por seu Superintendente, o **Sr. EMERSON LIMA DE SOUZA**.

3.2.1.1. Os itens e o quantitativo dos itens licitados pelos órgãos participantes acima estão detalhadamente apresentados na forma da tabela a seguir:

Item	Cod	Descrição	Und	Quant por órgão
1				
2				
3				
4				

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano, contado da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada, de



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

forma motivada, a manutenção das condições originalmente pactuadas e a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 14 do Decreto Municipal nº 407/2025.

5.1.1. Ocorrendo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser restabelecido o quantitativo originalmente registrado, desde que observados, os requisitos previstos no art. 14, §3º, do referido Decreto, quais sejam:

5.1.1.1. que o quantitativo inicialmente previsto na Ata de Registro de Preços não tenha sido integralmente exaurido até o termo final de sua vigência;

5.1.1.2. que a prorrogação seja formalizada dentro do período de vigência da própria ARP;

5.1.1.3. que reste comprovado, mediante análise técnica ou pesquisa de mercado, que o preço registrado permanece vantajoso à Administração;

5.1.1.4. que a justificativa para o restabelecimento do quantitativo evidencie que tal medida constitui a solução que melhor satisfaz ao interesse público; e

5.1.1.5. que exista previsão expressa acerca dessa possibilidade tanto no edital quanto na própria ARP.

5.1.2. O restabelecimento dos quantitativos, quando admitido, não configura novo registro de preços, mas simples recomposição do saldo originalmente fixado, devendo ser formalizado mediante termo aditivo devidamente motivado e instruído.

5.2. A contratação com o detentor da Ata de Registro de Preços, caso seja celebrada, será formalizada por instrumento contratual, emissão de nota de empenho ou instrumento equivalente, de acordo com o art. 95 da Lei nº 14.133/2021, observando as disposições do Termo de Referência.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item **5.2.** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.2.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar **1 (um)** exercício financeiro.

5.2.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/21.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

5.5. O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 9**.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado **1 (uma) vez**, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, **devidamente justificada**, e que a justificativa seja **aceita pela Administração**.

5.10. A Ata de Registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital, sendo esta disponibilizada via e-mail contidos na plataforma **LICITANET**, ou se for o caso no disponibilizada no sistema.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item **5.7** e **subitens**, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item **5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



6. DA REVISÃO, ATUALIZAÇÃO OU ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos, atualizados ou alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou por fato superveniente que eleve os custos dos bens ou serviços registrados, nos termos dos arts. 23 a 25 do Decreto Municipal nº 407/2025.

Redução obrigatória quando o preço de mercado for menor

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o detentor da Ata de Registro de Preços para negociar a redução do preço aos valores de mercado.

6.2.1. O detentor da Ata de Registro de Preços que não aceitar reduzir o preço será liberado do compromisso quanto ao item registrado, sem aplicação de sanções.

6.2.2. Nessa hipótese, o órgão gerenciador convocará, na ordem de classificação, os licitantes integrantes do cadastro de reserva para verificar se aceitam assumir o fornecimento pelo preço de mercado, vedada a convocação de fornecedores com registro já cancelado.

6.2.3. Não obtido êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento do item da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas necessárias para assegurar a contratação mais vantajosa.

6.2.4. Havendo redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e entidades que tenham firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a necessidade de promover revisão contratual.

Pedido de alteração por elevação dos custos

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, por fato superveniente, caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que indique impossibilidade de cumprimento das obrigações, o detentor poderá requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação documental, conforme art. 25 do Decreto Municipal nº 407/2025.

6.3.1. Na forma do art. 25, §1º, o pedido deverá conter obrigatoriamente:

6.3.1.1. duas planilhas de composição de custos e preços, sendo uma da época da licitação/ARP e outra atualizada, demonstrando o desequilíbrio;

6.3.1.2. tabela comparativa entre as planilhas, indicando percentuais e valores necessários à recomposição;

6.3.1.3. no caso de fornecimento, notas fiscais de aquisição ou orçamento idôneo dos mesmos produtos à época da licitação e para a comprovação atual, apenas notas fiscais, que demonstrem a variação do valor praticado, junto ao mesmo fornecedor;

6.3.1.4. documentos idôneos que comprovem a superveniência do fato alegado, como normas, comunicados, laudos, publicações oficiais, entre outros.

6.3.2. O fornecedor é responsável pela demonstração da necessidade de alteração do preço. O órgão gerenciador analisará a documentação apresentada, podendo realizar diligências e solicitar informações adicionais, conforme previsto no art. 25, §2º do Decreto Municipal nº 407/2025.

6.3.3. Sendo cabível a alteração, o órgão gerenciador realizará nova pesquisa de preços e, comprovada a manutenção da vantajosidade, promoverá a alteração por meio de termo aditivo, conforme previsto no art. 25, §3º do Decreto Municipal nº 407/2025.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

6.3.4. Não comprovadas as condições previstas no art. 25, ou inexistindo prova efetiva do desequilíbrio alegado, o pedido será indeferido e o detentor deverá cumprir a Ata de Registro de Preços pelo preço registrado, sob pena de cancelamento e aplicação das penalidades cabíveis.

6.4. A Ata de Registro de Preços poderá prever reajuste dos preços registrados, aplicável após o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data do orçamento, conforme o índice e as condições previstas no edital e em seus anexos.

6.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá sofrer alterações, inclusive quanto à substituição da marca registrada, quando comprovado fato superveniente que inviabilize a continuidade do fornecimento da marca originalmente ofertada, nos termos do art. 5º, XIV, do Decreto Municipal nº 407/2025.

6.5.1. O fornecedor deverá formalizar o pedido, apresentando justificativa e documentação que comprove o fato superveniente e a equivalência técnica do produto substituto.

6.5.2. A substituição não poderá implicar redução da qualidade ou majoração injustificada do preço registrado.

6.5.3. A autorização será formalizada pelo órgão gerenciador e comunicada aos órgãos participantes.

7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. no caso descrito no item 7.2, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item **9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e na legislação aplicável.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **9.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item **7.2** e seus subitens, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- 8.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º art. 32 do Decreto Municipal nº 407/2025.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item **8.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4. não aceitar o preço revisado/alterado pela administração municipal, ou a sua não revisão/alteração;

9.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

9.1.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.6. for liberado do registro pela administração municipal.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **9.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. pelo decurso do prazo de vigência;

9.4.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

9.4.3. em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ARP, devidamente demonstrados;

9.4.4. por razões de interesse público, devidamente justificado e comprovado;

9.4.5. a pedido do detentor, desde que aceito pelo órgão ou entidade gerenciadora, decorrente de caso fortuito ou força maior;

9.4.6. amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que seja conveniente e oportuno para a administração; ou

9.4.7. por ordem judicial.

9.5. No caso de cancelamento da Ata de Registro de Preços por iniciativa da administração municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.1. O detentor será notificado para o cancelamento da ata ou do preço registrado por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio idôneo e eficaz, e, no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada nos meios legais.

9.6. No caso de cancelamento ser efetuado pelo detentor da Ata de Registro de Preços, para o cancelamento do registro de preço, deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem ou da prestação do serviço registrados, por prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contado a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada, comprovada e aprovada pelo órgão ou pela entidade gerenciadora.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

9.7. O cancelamento da Ata de Registro de Preços não afasta a possibilidade da aplicação de sanções, observadas as devidas competências.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços sujeitará o fornecedor à aplicação das penalidades previstas no edital, e seus anexos e na legislação vigente, competindo ao órgão gerenciador aplicá-las, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, inciso XVI, do Decreto Municipal nº 407/2025.

10.1.1. As sanções previstas no edital também se aplicam aos licitantes integrantes do cadastro de reserva que, quando convocados, deixarem de cumprir injustificadamente o compromisso assumido após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

10.2. A aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços caberá:

10.2.1. ao órgão gerenciador, quando o descumprimento disser respeito às obrigações assumidas no âmbito do próprio gerenciamento da Ata, conforme art. 5º, inciso XVI, do Decreto Municipal nº 407/2025;

15.2.2. ao órgão ou entidade participante, quando o descumprimento disser respeito às contratações por ele formalizadas, nos termos do art. 6º, inciso IX, do Decreto Municipal nº 407/2025, devendo comunicar ao órgão gerenciador as penalidades aplicadas.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão gerenciador todas as ocorrências relacionadas ao desempenho dos fornecedores registrados, especialmente aquelas que possam ensejar a instauração de procedimento para cancelamento do registro ou aplicação de penalidades, para fins de consolidação, controle e registro no âmbito do Sistema de Registro de Preços.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de fornecimento do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, condições de pagamento, as obrigações da Administração e do Fornecedor Registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Itabaianinha/Se, XX de XXXXXXXXXX de 2025.

ERALDO MOREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

EDIMÁRIA DA FONSECA LIMA SANTOS

Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho



ÓRGÃO PARTICIPANTE

WILLIAMS SEVERO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Saúde

ÓRGÃO PARTICIPANTE

EMERSON LIMA DE SOUZA

Superintendente SMTT

ÓRGÃO PARTICIPANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____



Anexo da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

SITUAÇÃO 1

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

FORNECEDOR: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada a Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, CEP. XX.XXX-XXX, Bairro XXXXXXXXXX, Município de XXXXXXXXXXXXXXX, Estado de XXXXXXXXXXXXXXX, Telefone de Contato XXXXXXXXXXXXXXXXXX, E-mail XXXXXXXXXX@XXXX, neste ato representado por seu XXXXXXXXXXXXXXX, o **Sr(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

Item	Cod	Descrição	Und	Qtd	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1						R\$	R\$
2						R\$	R\$
3						R\$	R\$
4						R\$	R\$

SITUAÇÃO 2

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

FORNECEDOR: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada a Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, CEP. XX.XXX-XXX, Bairro XXXXXXXXXX, Município de XXXXXXXXXXXXXXX, Estado de XXXXXXXXXXXXXXX, Telefone de Contato XXXXXXXXXXXXXXXXXX, E-mail XXXXXXXXXX@XXXX, neste ato representado por seu XXXXXXXXXXXXXXX, o **Sr(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

Item	Cod	Descrição	Und	Qtd	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1						R\$	R\$
2						R\$	R\$
3						R\$	R\$
4						R\$	R\$



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025/PMI-SRP

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

CONTRATO Nº XXX/2025

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O XXXXXXXXXXXXXXX DE ITABAIANINHA, E, DO OUTRO, A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXX, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025/PMI-SRP.

O XXXXXXXXXXXXXXX, por intermédio de sua XXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXX, localizada à XXXXXXXXXXXXXXX, nº XXXXXX, nesta cidade de XXXXXXXXX/XX doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado XXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXX, o **Sr. XXXXXXXXXXXXXXX**, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, CEP. XXXXXXXX, Bairro XXXXXX, Município de XXXXXX, Estado de XXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu XXXXXXXXXXXXXXX, o **Sr. XXXXXXXXXXXXXXX**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 256/2025/PMI** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 17/2025/PMI**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, inciso I e II, da Lei nº 14.133/21).

1.0. O objeto do presente instrumento é a contratação XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

Item	Cod	Descrição	Und	Qtd	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1						R\$	R\$
2						R\$	R\$
3						R\$	R\$
4						R\$	R\$

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.** Termo de Referência;
- 1.2.2.** O Edital do Pregão Eletrônico nº **XXX/2025/PMI-SRP**;
- 1.2.3.** A Proposta do Contratado; e
- 1.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (art. 105, da Lei nº 14.133/21).

2.1. O prazo de vigência da contratação será de **XXXXXX** contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII da Lei nº 14.133/21).

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, execução, observação e recebimento do objeto constam no **Termo de Referência**, constantes do processo.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO (art. 115, §2º da Lei nº 14.133/21).

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V da Lei nº 14.133/21).

5.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$. XXXXXX (XXXXXXXXXX)**, considerando o percentual de desconto ofertado pela Contratada em sua Proposta de Preços, conforme item 1.1.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI da Lei nº 14.133/21).

6.1. O prazo para pagamento ao contratado será de até **10 (dez)** dias, demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, constante do processo.

6.2. A Prefeitura Municipal Itabaianinha reterá, na fonte, o valor correspondente ao imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ), conforme disposto no Decreto Municipal nº 414/2022.

6.3. A Prefeitura Municipal Itabaianinha efetuará, no ato do pagamento, a cobrança da taxa de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o valor contratado, conforme disposto na Lei Municipal nº 962, de 09 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V da Lei nº 14.133/21).

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da Proposta de Preço.

7.2. Após o interregno de um ano, e a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI, XIV da Lei nº 14.133/21).

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento ou execução do serviço do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

8.8. Cientificar o órgão de responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

8.11. Notificar os emitentes das garantias quando houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei nº 14.133/21).

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecede a data execução do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/21) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade

9.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

9.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/21.

9.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD (Lei nº 13.709/18).

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII da Lei nº 14.133/21).

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV da Lei nº 14.133/21).

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o contratado que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens **12.1.2** a **12.1.4** acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens **12.1.5 a 12.1.8**, bem como nos subitens **12.1.2 a 12.1.4**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

12.2.4 Multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (dias) dias;

12.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

12.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

12.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

12.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX da Lei nº 14.133/21).

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/21).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII da Lei nº 14.133/21).

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Orçamento do XXXXXXXXXX de Itabaianinha**, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: XX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

UO: XXXX – XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Atividade: XXXX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Classificação Econômica: XXXX.XX.XX.XX

Fonte de Recurso: XXXX.XXXX

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III da Lei nº 14.133/21).

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES (art. 124 da Lei nº 14.133/21).

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/21).

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO (art. 117 da Lei nº 14.133/21).

17.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, a Prefeitura Municipal de Itabaianinha/Se designará servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

17.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providênciia que ultrapasse sua competência.

17.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

17.4. Na hipótese da contratação de terceiros prevista no caput do art. 117 da Lei nº 14.133/21, deverão ser observadas as seguintes regras:

17.4.1. A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato.

17.4.2. A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO (art. 94 da Lei nº 14.133/21).

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/21, bem como no



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133/21, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/11, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724/12.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21).

19.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Itabaianinha, Estado de Sergipe, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Itabaianinha/SE, XX de XXXXXXXXXX de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I - _____ **CPF:** _____

II - _____ **CPF:** _____